



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

TELMA EFIGÊNIA TENÓRIO CRUZ

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA
PARA O APOSENTADO – PAI**

FORTALEZA

2010

TELMA EFIGÊNIA TENÓRIO CRUZ

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA
PARA O APOSENTADO – PAI**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazaré de Oliveira Fraga

FORTALEZA

2010

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

C965a

Cruz, Telma Efigênia Tenório.

Avaliação do Programa de Ação Integrada para o Aposentado
– PAI / por Telma Efigênia Tenório Cruz – 2010.

101f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-
Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Curso de Mestrado Profissional
em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza(CE), 07/06/2010.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazaré de Oliveira Fraga.

Inclui bibliografia.

1-PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA PARA O APOSENTADO.2- SERVIÇO
PÚBLICO – FORTALEZA(CE) – PENSIONISTAS – POLÍTICA GOVERNAMENTAL.
3-SERVIÇO PÚBLICO – FORTALEZA(CE) – PENSIONISTAS – ATITUDES.
I-Fraga, Maria de Nazaré de Oliveira, orientador. II-Universidade Federal do Ceará. Curso
de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. III-Título.

CDD(22^a ed.) 352.6908696098131

45/10

TELMA EFIGÊNIA TENÓRIO CRUZ

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA
PARA O APOSENTADO – PAI**

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação do Curso de Mestrado profissional em Avaliação de Políticas Públicas, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria de Nazaré de Oliveira Fraga (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Maria Josefina da Silva (Membro Efetivo)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues (Membro Efetivo)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Aos meus filhos AluÍzio e NatÁssia, dos quais muito me orgulho pelos seres humanos que são, exemplos jovens de retidão, ética e caráter. A eles o meu amor mais profundo.

AGRADECIMENTOS

A Deus por toda a Sua ação na minha vida e da minha família, especialmente, nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais José Geraldo da Cruz, *in memoriam*, e Roquelina Tenório Cruz a quem devo grande parte dos valores morais, intelectuais e éticos que nortearam a minha vida.

Ao meu esposo João Viane Magalhães Borges, que mesmo diante de limitações relativas a sua saúde, mas de um grande conhecimento intelectual, sempre esteve me incentivando durante essa caminhada.

Aos meus filhos Aluizio Borges de Carvalho Neto e Natássia Cruz Borges, pelo encorajamento que me proporcionaram desde o início da minha decisão de cursar o mestrado.

Aos demais familiares, parentes e amigos e àqueles que mesmo distantes estiveram em oração e sintonia com a minha vitória neste empreendimento.

À professora, orientadora e amiga Maria de Nazaré de Oliveira Fraga, pelo aprendizado adquirido, as sugestões e ajustes fundamentais à concretização da presente dissertação e pela forma sábia, serena e disciplinada com que me repassou as exigências desse trabalho, que foram tão valiosas para mim, cuja gratidão levarei por toda minha vida.

Aos professores do curso de mestrado, pela oportunidade de reflexão e de aprendizado que proporcionaram, durante as disciplinas e em outras ocasiões, servindo como suporte durante o curso e para a vida.

Aos meus colegas de turma aqui representados pela minha amiga Inês Cochranne Santiago pelo incentivo, compartilhamento de idéias e pela afinidade pessoal que deu origem a uma amizade sincera.

A Martinha, Vânia e Magna que compuseram o quadro de apoio do mestrado, pela disponibilidade e o carinho com que me trataram por todo esse período.

À minha coordenadora Guirlanda Ponte e demais colegas e amigos do Programa PAI, de modo especial àqueles que mais de perto acompanharam a minha luta, me estimulando e encorajando para a vitória a ser alcançada.

Aos aposentados e pensionistas que participaram desta pesquisa pela colaboração e a forma afetiva com que me trataram e pelas informações tão valiosas com eles obtidas, sem as quais este trabalho não poderia ter se realizado.

A Vitor Gondim, Aimée Peixoto e Rebeca Correia, amigos da minha filha Natássia que também estiveram do meu lado nessa caminhada, colaborando cada um a seu modo com meu sucesso.

“Aconselho a todos os que vão se aposentar, portanto, a que se livrem das fantasias de que a aposentadoria vai ser o início do tempo da felicidade. Até que pode ser... mas, para isto, é preciso que o passarinho engaiolado não tenha se esquecido da arte de voar. E se, me perguntarem como é que um passarinho engaiolado pode não se esquecer da arte de sonhar. Quem é rico em sonhos não envelhece nunca. Pode mesmo ser que morra de repente. Mas morrerá em pleno vôo. O que é muito bonito”.

(Rubem Alves)

RESUMO

Pesquisa avaliativa, realizada em Fortaleza, de agosto de 2009 a janeiro de 2010, tendo como objetivo avaliar o Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) quanto às suas limitações e possibilidades. Foram aplicados questionários a 90 pessoas, correspondendo a 30% dos que frequentaram o programa em 2009. Com 20 delas foram realizadas entrevistas de aprofundamento. Por último, foram realizadas entrevistas com 08 pessoas que não participavam mais do PAI. A análise tanto dos dados qualitativos como quantitativos foi realizada considerando os marcos regulatórios vigentes no Brasil e as teorizações presentes na literatura recente. Constatamos que são evidentes as fragilidades do programa enquanto política pública, pois: tem sofrido cortes ao sabor dos governantes e coordenadores em exercício; sua equipe tem reduzido número de técnicos e entre eles há terceirizados e voluntários; não há orçamento regular e suficiente para custear parte significativa das atividades promovidas; não tem sede própria; atende um número ínfimo dos potenciais beneficiários; funciona regularmente apenas em Fortaleza embora significativo número de aposentados e pensionistas residam em outros municípios do Ceará. Quanto ao perfil dos aposentados e pensionistas vinculados ao PAI e que responderam aos questionários encontramos: idade média de 67,8 anos; predominância de sujeitos do sexo feminino, solteiros, viúvos, separados/divorciados; predomínio de pessoas saudáveis e com autonomia para desenvolver diversas atividades, sendo os maiores responsáveis pelo sustento da casa. Essas pessoas têm escolaridade muito superior à média da população e renda mensal bastante superior à dos trabalhadores brasileiros, além de possuírem casa própria. A maioria deles avaliou o PAI de forma extremamente positiva, se referindo à melhoria do que eles identificaram como qualidade de vida, do convívio e do relacionamento com as pessoas. Os vinte entrevistados que continuavam participando do PAI têm projetos para o futuro, mesmo que a maioria deles sejam pouco ambiciosos. Na comparação do perfil dos sujeitos que participavam do PAI com o dos que não participavam encontramos algumas discretas diferenças: eram proporcionalmente mais idosos, solitários e tinham mais problemas de saúde ou de locomoção; um número maior deles era responsável pelo sustento da casa e tinham renda bruta mensal inferior aos que se mantinham integrados às atividades do PAI. Um deles fez críticas ao programa. Concluimos que PAI é uma política pública de mínima expressão, entre outras razões, porque pouco atende a pessoas de menor renda, residentes em bairros periféricos de Fortaleza e em municípios do interior. Sugestões: que o PAI passe a ser um Instituto, com sede própria e adequada às necessidades da maioria dos potenciais beneficiários; que as pessoas residentes em bairros periféricos de Fortaleza tenham melhor acesso através de ônibus confortáveis com uma rota para o PAI; diversificação das atividades promovidas para atender, também, os que necessitam de requalificação profissional e de aumentar a renda mensal; garantia de orçamento regular e suficiente para custear também atividades no interior; criação de um conselho consultivo para o programa com representação dos beneficiários e de entidades de pessoas idosas.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Aposentadoria. Integração. Socialização. Avaliação. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This is an evaluation study carried out in Fortaleza between August 2009 and January 2010. It was aimed to evaluate the Integrated Action Program for the Retired Population (PAI) regarding its limitations and possibilities. Questionnaires were answered by 90 individuals, i.e. 30% of the total population served by the program in 2009. 20 of them underwent a deeper interview as well. Finally, 08 subjects who do not participate in the program anymore were also interviewed. The analysis of both the qualitative and quantitative data was done considering the regulatory framework in effect in Brazil and the theoretical base recently published in the literature. We found that the program suffers from a significant fragility as a public policy, considering that its funding has been cut by the elected officials and coordinators, the number of technicians was reduced, where some of them are outsourced or even volunteers, there is no regular or sufficient budget to fund a significant part of the promoted activities, it does not have its own offices, serves an abysmally small number of potential beneficiaries, and only functions on a regular basis in Fortaleza although a significant number of retirees and pension beneficiaries linked to the PAI live in other counties within the State of Ceara. The profile of the retired and pension beneficiaries linked to the PAI and who responded to the questionnaire revealed a mean age of 67.8 years, dominance of female, single, widowed, separated/divorced individuals, healthy and with the ability to perform various activities. They were the main source of income in their households. These individuals have an educational level much higher than the population mean, and a monthly income much higher than that of the Brazilian worker. They also own their own house. Most of them evaluated the PAI in an extremely positive fashion, reporting an improvement in what they see as their quality of life and their relationship with other people, both within their household and outside. The 20 interviewed people who are still participating in the PAI have projects for the future, although most of them are not too ambitious. When we compared the profile of the subjects participating in the PAI to that of those not participating in the program, we found some discrete differences: The latter were proportionally older, lonelier and had more health or motor problems. A higher number of such subjects was the household provider and had a gross monthly income lower than those participating in the PAI. One of them even criticized the program. We concluded that the PAI is a public policy with a minimal expression, among other things because it was reformulated and almost does not serve low-income individuals residing in the periphery of Fortaleza and other counties throughout the state. Suggestions: The PAI should be transformed into an Institute with its own headquarters and fit to meet the needs of the majority of its potential beneficiaries; residents of peripheral boroughs in Fortaleza should have a better access through comfortable buses linking them directly to the PAI offices; diversify the activities to also serve those in need of professional requalification to increase their monthly income; guarantee a regular and sufficient budget to fund activities in the rest of the state; create a consulting council for the program, with representatives of the beneficiaries and organizations representing the elderly.

KEY WORDS: Aging. Retirement. Integration. Socialization. Evaluation. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Aposentados segundo o gênero.....	47
GRÁFICO 2	Idade dos aposentados.....	49
GRÁFICO 3	Como tomaram conhecimento do PAI.....	58
GRÁFICO 4	O PAI provocou mudanças em sua vida?.....	59
GRÁFICO 5	Você tem sugestões sobre O PAI?.....	61
GRÁFICO 6	Você tem reclamações a fazer sobre o PAI?.....	64
QUADRO 1	Idade mínima, máxima e média dos aposentados e pensionistas	49
QUADRO 2	Aposentados e pensionistas segundo a idade em que começaram a trabalhar.....	54
QUADRO 3	Aposentados e pensionistas segundo o tempo de trabalho cumprido antes de se aposentarem.....	55
QUADRO 4	Renda bruta mensal dos aposentados (R\$).....	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Aposentados e pensionistas segundo o estado civil.....	50
TABELA 2	Com quem mora os aposentados e pensionistas.....	51
TABELA 3	Aposentados e pensionistas segundo quem é o responsável pelo sustento da casa.....	52
TABELA 4	Aposentados e pensionistas segundo a religião.....	52
TABELA 5	Aposentados e pensionistas segundo a naturalidade	53
TABELA 6	Aposentados e pensionistas segundo o nível de escolaridade.....	54
TABELA 7	Motivo da aposentadoria.....	55
TABELA 8	Renda bruta mensal dos aposentados e pensionistas em salários mínimos (SM).....	56
TABELA 9	Tipo de rotina dos aposentados e pensionistas antes de participarem do PAI.....	58
TABELA 10	Tipos de mudanças provocadas pelo PAI na vida dos aposentados.....	60
TABELA 11	Aposentados que afirmaram ter sugestões para o PAI segundo a categoria.....	62
TABELA 12	Outras sugestões sobre o PAI.....	63
TABELA 13	Outras atividades que os aposentados gostariam que o PAI promovesse.....	64
TABELA 14	Caracterização dos sujeitos que não participam das atividades do PAI.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDI – Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CNDI – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS – Fundação de Ação Social
FPA – Fundação Pessoa Abramo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAI – Programa de Ação Integrada para o Aposentado
PAPI – Projetos de Ação do PAI no Interior
PIPA – Projeto de Integração e Preparação para Aposentadoria
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios
SAA – Supervisão de Apoio ao Aposentado
SAGSS – Secretaria Adjunta de Gestão e Seguridade Social
SEAD – Secretaria de Administração
SEAPS – Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social
SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão
SESC – Serviço Social do Comércio
STAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social
STDS – Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	OBJETIVOS.....	17
2.1	Objetivo Geral.....	17
2.2	Objetivos Específicos.....	17
3	JUSTIFICATIVA.....	18
4	METODOLOGIA.....	20
4.1	Tipo de Pesquisa.....	20
4.2	Procedimentos de Pesquisa.....	21
4.3	Análise.....	23
4.4	Procedimentos Éticos.....	24
5	QUADRO TEÓRICO.....	25
5.1	Trabalho e Aposentadoria na Vida dos Seres Humanos.....	25
5.2	Políticas Públicas para Aposentados e Idosos.....	33
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
6.1	O PAI, seus Objetivos e Abrangência.....	40
6.2	Sujeitos que Participam do PAI.....	46
6.2.1	Opinião Sobre o PAI.....	57
6.2.2	Os Discursos.....	65
6.3	Sujeitos que não Participam do PAI.....	77
6.3.1	Perfil.....	77
6.3.2	Os Discursos.....	79
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS.....	92
	APÊNDICE 1.....	98
	APÊNDICE 2.....	101
	APÊNDICE 3.....	102
	ANEXO.....	103

1 INTRODUÇÃO

Uma das grandes conquistas dos séculos XX e XXI é a maior longevidade alcançada por homens e mulheres. Este fato, pela primeira vez, levará o planeta à supremacia da população idosa, em comparação com as faixas etárias mais jovens. Alguns fatores importantes vêm contribuindo para essa elevação da expectativa de vida em todo o mundo como: a queda da natalidade, o avanço da medicina, as grandes inovações tecnológicas e científicas, urbanização dos grandes centros, saneamento básico e outras condições socioeconômicas – Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002). Cabe, entretanto, salientar que nem todos os países alcançaram um mesmo nível de envelhecimento populacional. Contribuem para as diferenças tanto a questão econômica, quanto educacional, o maior ou menor domínio das diversas tecnologias de atenção à saúde, entre outras.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam a informação acima relatada, tendo em vista que nos países da Europa a proporção de idosos é das mais elevadas, comparada a outros continentes, encontrando-se na Alemanha 21,8%, França 19,7%, Itália 23,1%, Reino Unido 20,4%. Na Ásia, o Japão atinge níveis comparados aos da Europa com uma população idosa de 22,3%, tendo a China apenas 10,8% de idosos. Na América do Norte, o Canadá possui 16,3% de idosos, enquanto que os Estados Unidos apresenta uma proporção de 15,9% (IBGE, 2000).

Embora já em 1982, em sua I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena, a Organização das Nações Unidas (ONU) tenha feito as primeiras indicações de que a população mundial estava envelhecendo, o ritmo com que esse fenômeno vem ocorrendo tomou de surpresa muitos países, especialmente aqueles ainda em processo de desenvolvimento como o Brasil. Mas, segundo o IBGE, no Brasil, este contingente ainda é proporcionalmente inferior ao encontrado nos países desenvolvidos (IBGE, 2000, 2002).

Segundo as projeções estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) prevê-se para o ano de 2025, um aumento absoluto e relativo da população idosa para o novo milênio, e o conseqüente envelhecimento acentuado em todo o mundo. Isto deverá posicionar o Brasil, no sexto lugar entre os países

com mais idosos, atingindo mais de 32 milhões de pessoas acima de 60 anos de idade.

Dados do IBGE 2000 mostram que a América Latina apresenta uma grande variação no percentual de idosos em relação ao total da população. O menor percentual encontra-se na Venezuela, o qual corresponde a 6,4% e, o maior está no Uruguai, 17,1%. Já a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (IBGE, 2007) mostra que o Brasil tem uma população de idosos correspondendo a 10,5% da sua população total.

A II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento promovida pela ONU realizou-se em Madri, em 2002. As diretrizes dali emanadas se pautaram na noção de envelhecimento ativo ou produtivo e de inclusão social desse grupo populacional. Isso começou a marcar uma mudança importante, pois ainda predominava a noção de idoso relacionada a incapacidade e na atenção que lhe era prestada a discriminação e exclusão (AEROSA; AEROSA, 2008).

No entanto, vê-se que a mudança no modo de abordagem vem se dando, entre outros fatores, devido ao numeroso contingente de pessoas nessa faixa etária, que representam um público almejavél por diversos nichos comerciais, além de poderem funcionar como grupo de pressão desde que começam a representar um contingente de efetivo peso eleitoral.

Além do esforço pelo respeito aos direitos das pessoas idosas, a defesa do envelhecimento ativo ou produtivo pode ser explicada de outra forma. Como muitas pessoas vivem ainda diversas décadas após a aposentadoria ou vivem mais tempo após esse evento do que os anos que trabalharam, é compreensível o esforço dos organismos internacionais e dos governos pela adoção de políticas que perseguem a manutenção da qualidade de vida dessas pessoas. Isso pode mantê-las como consumidores em diversos nichos do mercado e resultar em menores gastos com saúde e instituições de longa permanência.

Tanto é que no Brasil, o Plano de Ação Internacional (PAI) para o Envelhecimento, no seu artigo 5º reconhece que, as pessoas, à medida que envelhecem, devem desfrutar de uma vida plena com saúde e segurança e com participação ativa na vida econômica, social, cultural e política de suas sociedades (ONU, 2003).

No Brasil, uma melhor compreensão sobre as políticas públicas voltadas para os idosos e em alguns casos com foco mais específico em pessoas

aposentadas ou prestes a se aposentarem, como medidas de gestão de pessoas, é proporcionada quando se aprecia a maior proporção do crescimento da população idosa em relação às faixas etárias mais jovens.

De acordo com a síntese de indicadores sociais do IBGE (2007), a população brasileira no período de 1997 a 2007 apresentou um crescimento relativo da ordem de 21,6%. É interessante notar que o incremento relativo ao contingente de 60 anos ou mais de idade foi bem acelerado, correspondendo a 47,8%. O segmento populacional de 80 anos ou mais apresentou um crescimento ainda superior, 86,1%. Estes resultados se devem principalmente, ao adiamento da mortalidade em função dos avanços da medicina e dos meios de comunicação. A pesquisa também revelou a existência de quase 20 milhões de idosos, correspondendo a 10,5% do total da população. Destes, 16,5 milhões viviam na área urbana e 3,4 milhões na área rural. Na Região Norte do Brasil a população idosa é bem equilibrada nos principais estados, sendo o menor percentual em Amapá 5,0% e o maior em Tocantins 8,8%. Na Região Sudeste a população idosa corresponde a 11,7% da população total e na Região Sul 11,4%. O índice dessas regiões é o mais elevado do país. A Região Centro-Oeste concentra uma população idosa de 8,6% (IBGE, 2007).

No Nordeste a população idosa corresponde a 9,8% da população total, sendo que a maior concentração encontra-se no Estado da Paraíba, 11,2%, seguido pelo Rio Grande do Norte com 9,3% e em terceiro lugar o Ceará com 10,5% (IBGE, 2007).

No estado do Ceará, dos 403.921 idosos responsáveis pelo domicílio, 259.354 são homens e 144.567 são mulheres. Em Fortaleza, segundo dados de 2000, de uma população total de 2.141.402, verifica-se uma população idosa composta por 159.120 pessoas, das quais 95.392 são responsáveis pelos domicílios que ocupam. Deste total, 50.676 são homens e 44.716 são mulheres (IBGE, 2000).

Quanto à relação entre velhice e aposentadoria, no Brasil temos que, do total de 20 milhões de idosos, 56,2% são aposentados, 13,6% pensionistas, 6,9% aposentados e pensionistas. No Nordeste, do total de 5.145 idosos, 63,4% são aposentados, 8,7% pensionistas e 6,9% aposentados e pensionistas. No Ceará, do total de 881.000 idosos, 64,8% encontram-se na condição de aposentados, 7,6% na condição de pensionistas e 6,3% acumulam as duas situações. Na Região Metropolitana de Fortaleza do total de 311.000 idosos, 52,7% são aposentados,

11,1% pensionistas e 3,8% acumulam tanto aposentadoria como pensão. Esse resultado refere-se a um total de distribuição por cada mil pessoas (IBGE, 2007).

Em diversos países do mundo muitas medidas vêm sendo tomadas em consequência do envelhecimento populacional. Talvez as medidas mais comuns sejam aqueles que têm executado reformas do sistema de previdência social, com ajustes como o alongamento do período do trabalho e de contribuição, criando estímulos para que a aposentadoria ocorra mais tardiamente (FERREIRA, 2006)

Vale enfatizar que em alguns casos as medidas são adotadas em resposta ao avanço da democracia em diversos países. No Brasil, por exemplo, em resposta a uma mobilização social sem precedentes pela ampliação dos direitos sociais, a Constituição de 1988 estabeleceu parâmetros que favoreceram a formalização de políticas públicas para diferentes grupos etários e populacionais, entre os quais se incluem os idosos (BRASIL, 1988).

Nas palavras de Ferreira (2006), é saudável que as políticas públicas com caráter redistributivo sejam orientadas, principalmente, para os mais pobres, com o objetivo de diminuir as desigualdades na distribuição de renda.

É fato que a questão do envelhecimento populacional, associada a medidas de elevação da idade mínima para aposentadoria vem pondo em pauta a necessidade de formalização e execução de políticas públicas para idosos em diversos setores como saúde, turismo, transporte, entre outras.

Por sua vez, a existência de expressivo número de pessoas aposentadas ou prestes a se aposentarem, mas ainda com estimativa de viver significativo número de anos e até décadas, demonstra que são necessárias medidas para prepará-las ao ingresso nessa nova etapa de vida e também para contribuir que vivam com qualidade.

Segundo Moragas (1997) a questão do aposentado que inclusive já requer programas que visem a uma preparação para essa condição é a resposta racional aos mitos e boatos sobre a aposentadoria. Tais programas costumam incluir um leque de possíveis problemas que todo aposentado possa vir a apresentar e oferecem técnicas para superá-los.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) oferece Programa de Preparação para Aposentadoria, o Aposenta-Ação que desenvolve atividades com pessoas que estão próximas da data da aposentadoria ou tenham se aposentado

recentemente para prevenir os problemas que a aposentadoria não planejada pode trazer (SOARES et al., 2007).

No Ceará, em 1990, no decorrer da primeira gestão do Governo Tasso Jereissati (1987-1991) por meio do Decreto nº 210/88, de novembro do mesmo ano, foi criado o Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) que, àquela época tinha o propósito de orientar, apoiar e acompanhar o pessoal aposentado da administração pública estadual, com relação aos seus direitos e benefícios, assegurar-lhes prioridade no atendimento dos diversos serviços prestados pela administração pública estadual e promover sua reintegração no mercado de trabalho. Nesse período o PAI estava vinculado à Secretaria de Administração (SEAD) que posteriormente foi fundida com a Secretaria de Planejamento, dando origem a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (CEARÁ, 1988).

Dessa época até os dias de hoje o PAI passou por algumas reformulações principalmente em relação às mudanças de gestores. Hoje ele tem formalmente a missão de promover a integração e socialização do aposentado da administração pública do Ceará, desenvolvendo projetos que contribuam para a melhoria de sua qualidade de vida (CEARÁ, 2006a).

Entre o momento de criação do PAI até os dias atuais, algumas outras medidas voltadas para o idoso foram adotadas no Ceará. Por exemplo, em 1999 o Plano Estratégico da Política para o Idoso, preconizou a intersetorialidade e a co-gestão das políticas públicas, enfatizando que as políticas de atenção à velhice sejam inovadoras e que atendam às principais fragilidades desse segmento etário. A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) desenvolve as políticas preconizadas pela Lei Orgânica de Assistência Social e coordena os Centros de Referência do Idoso (LOAS) (CEARÁ, 1999).

Uma breve análise das medidas acima referidas mostra que elas guardam estreita ligação com os princípios e diretrizes da Política Nacional do Idoso (1994). A criação do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), em 2003, também corresponde a uma das exigências da referida política nacional.

No âmbito da SEPLAG, atualmente há o propósito de ampliar as atividades do PAI. Dentro dessa pretensão, alguns projetos já vêm sendo desenvolvidos como o Projeto de Integração e Preparação para Aposentadoria (PIPA) e o Projeto de Ações do PAI no Interior (PAPI) o qual, objetiva desenvolver

ações socioeducativas e culturais para aposentados e pensionistas da administração pública estadual, residentes no interior (CEARÁ, 2009a).

A despeito dos projetos referidos acima que tem como propósito a ampliação do PAI, temos constatado algumas questões importantes sobre seu modo de funcionamento e abrangência, o que nos despertou para realizar a presente avaliação. Sobre essas questões cabem, de início, algumas apreciações.

No presente momento o Estado do Ceará conta com 46.570 aposentados e 15.553 pensionistas, dos quais 25.253 aposentados e 11.450 pensionistas residentes em Fortaleza, portanto 25.420 (40,91%) residem em diversos outros municípios. Há apenas 5.215 (8,39%) aposentados e pensionistas cadastrados no Programa PAI, sendo que apenas cerca de 300 (0,6%) deles se encontram regularmente inscritos nas atividades sistêmicas promovidas pelo PAI (CEARÁ, 2009a). Ressalta-se que a, maioria destes aposentados inscritos regularmente se encontram matriculados em diversos cursos/atividades, aumentando significadamente o número de presenças. Além de aposentados que participam apenas de eventos, festas, seminários, passeios, cursos extras, reuniões de socialização que não se encontram incluídos na amostra citada.

O contato diário com as questões do programa aguçou meu olhar já que há cerca de três anos faço parte do quadro funcional da SEPLAG, do Governo do Estado do Ceará e nesse período tenho estado lotada no PAI. Esta é uma das razões que despertou o meu interesse para realizar a pesquisa aqui anunciada. A aprovação no Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas possibilitou-me a instrumentalização para concretizar tal pretensão.

Porém, fragilidades como as supracitadas, e outras que venho observando nos anos recentes apontaram para a necessidade de um estudo aprofundado sobre o desenho e abrangência desse programa, uma vez que existe há mais de 18 anos, e que ainda não passou por uma avaliação formal e abrangente.

Neste contexto o objeto da presente pesquisa se expressa pelos questionamentos que se seguem: Qual a abrangência do PAI junto aos aposentados do Governo do Ceará? Qual o perfil dos aposentados que efetivamente frequentam o programa e daqueles inscritos que não frequentam as atividades? Como os atuais beneficiários do PAI avaliam as ações das quais participam? Em que medida o PAI está contribuindo para a melhoria das condições de vida dos seus beneficiários?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

✓ Avaliar o Programa de Ação Integrada para o Aposentado, bem como suas limitações e possibilidades.

2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Analisar o PAI quanto às formalidades de sua criação e abrangência;
- ✓ Dimensionar o quantitativo e perfil dos beneficiários do Programa;
- ✓ Verificar os níveis de satisfação dos beneficiários do Programa e;
- ✓ Sugerir aprimoramento e reformulações a partir dos resultados encontrados.

3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa realizada tem sua relevância assentada em diversos argumentos sobre os quais passamos a discorrer na sequência.

Cabe salientar inicialmente que nosso envolvimento com a problemática pesquisada vem de genuíno compromisso profissional. Socióloga por formação, há mais de três anos venho trabalhando para o PAI, gerido pela SEPLAG. No decorrer desse tempo a aproximação crescente com o referido programa fez emergir como prioritárias as questões que tentamos responder nesta pesquisa.

Sabe-se que, o envelhecimento populacional recente em nosso país precipitou a reforma previdenciária, determinando a ocorrência da aposentadoria mais tardiamente. Mesmo assim, é fato que, mesmo após aposentadas, as pessoas têm vivido ainda longos anos. Tal realidade aponta para os grandes desafios a serem enfrentados, nos mais diversos níveis, exigindo do Estado políticas públicas e programas adequados para que a seguridade social atenda as necessidades dessas pessoas. Portanto, avaliar as políticas públicas que têm esse foco é primordial, até porque elas desempenham também uma função econômica importante para suas famílias e para os municípios onde residem, conforme já referimos anteriormente.

De acordo com dados da Síntese do IBGE (2007) a contribuição dos idosos em 53% dos domicílios com pessoas nessa faixa etária, representa mais de 50% da renda domiciliar, sendo esta situação ainda mais expressiva no Nordeste com 63,5% dos domicílios nessa condição. Por outro lado, cerca de 6 em cada 10 idosos são pessoas de referência no domicílio que ocupam, mesmo morando sob o mesmo teto que os filhos, genros e netos. Na prática são mais do que chefes de família, pois a renda deles é fundamental para o sustento da casa.

O PAI, foco da presente pesquisa, tem como objetivo formal a integração e socialização dos aposentados e pensionistas do serviço público estadual do Ceará (CEARÁ, 2006b). É uma política pública que vem se desenvolvendo há mais de 18 anos. Mesmo assim, o programa está rodeado por um conjunto importante de limitações, algumas das quais anteriormente referidas, além de que, não conta com orçamento definido, abrange limitado número de aposentados e funciona apenas em Fortaleza.

Por outro lado, o público-alvo a que o programa se destinaria aproxima-se de 62.123 pessoas. Em 2009 existiam 46.570 aposentados e 15.553 pensionistas da

Administração Pública do Estado do Ceará. Devendo-se somar a este número parte dos 78.698 servidores ativos cuja idade média é de 48,5 anos, podendo ser considerados como aposentáveis¹. Isto ressalta a relevância social da pesquisa que foi realizada.

A despeito de o PAI estar se aproximando de duas décadas de existência e também de haver o propósito de ampliar suas atividades para além da cidade de Fortaleza, ainda há muito a ser realizado. Daí a importância dos resultados obtidos nesta pesquisa, como subsídio para uma tomada de decisão melhor fundamentada.

A pesquisa bibliográfica que realizamos em busca de estudos voltados a avaliar políticas públicas semelhantes ao PAI não foi promissora. Quase tudo o que encontramos se referia a iniciativas pontuais e de pouca duração, tendo como foco as pessoas idosas, sem uma referência mais direta à aposentadoria e ao afastamento do mundo do trabalho. Também quase nunca dizia respeito a ações relativas a uma política pública.

No entanto vale aqui ressaltar a experiência do Programa Aposenta-Ação, cujas atividades iniciaram-se em 2006 com a pretensão de atender o público interno (funcionários em fase de aposentadoria) da Universidade de Federal de Santa Catarina, onde foi concebido e é desenvolvido. O programa inicialmente voltado para os funcionários da citada Universidade, posteriormente consolidou-se como ação permanente, inclusive aberto á toda comunidade (SOARES et al., 2007).

Sendo assim, o presente relatório de pesquisa é uma contribuição bibliográfica importante, pois construiu um conhecimento novo sobre o objeto de estudo escolhido. Além do mais, seus resultados poderão contribuir para beneficiar grande contingente de indivíduos que contribuíram com o desenvolvimento do Ceará, uma vez que serão formalmente disponibilizados para a SEPLAG como subsídios à ampliação e aprimoramento do programa avaliado.

¹ Estatísticas Descritivas do Cadastro Consolidado do SUPSEC, em 12/2009.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa em questão é do tipo avaliativo e teve como foco o PAI, avaliando-o e resgatando sua história, averiguando quantas e quem são as pessoas que estão integradas às atividades do programa e qual o nível de satisfação delas sobre tais atividades.

Sendo assim, fez-se necessário optar por um tipo de abordagem que permitisse atingir os propósitos acima referidos. Para conhecer o quantitativo dos aposentados que frequentam o PAI foi necessário consultar fontes como listas de frequência e relatórios das atividades realizadas. No que se refere a conhecer o perfil dessas pessoas, satisfação ou não com as atividades do programa e sugestões para possíveis mudanças ou ampliação, utilizamos técnicas para coleta de dados quantitativos e qualitativos.

De acordo com Aguilar e Ander-Egg (1994), a seleção de um método ou abordagem costuma ser influenciada, em grande parte, pelo estilo ou preferência do pesquisador ou da equipe de pesquisa. Também afirma que hoje a maioria dos pesquisadores opta por formas mistas, combinando diferentes procedimentos e técnicas dos métodos quantitativos e qualitativos, conforme a natureza da investigação.

Para Minayo,

(...) a diferença entre quantitativo-qualitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2005, p.22).

Sendo assim, nossa opção foi por combinar a abordagem quantitativa e qualitativa, já que os propósitos traçados demandavam a produção de dados que um só dos métodos não responderia a todas as indagações.

4.2 Procedimentos de Pesquisa

A coleta de dados ocorreu no período de agosto de 2009 a janeiro de 2010, na maioria das vezes na sede do programa, e, em alguns casos no domicílio dos sujeitos.

A aplicação das técnicas e instrumentos de pesquisa desenvolveu-se em dois momentos. Primeiramente calculamos o total dos aposentados e pensionistas que efetivamente participam das atividades do programa, tomando por base aqueles matriculados no primeiro semestre de 2009. Encontramos 300 pessoas nessa condição. De posse desse total calculamos uma amostra de 30%, o que correspondeu a 90 pessoas.

Com esse grupo foi aplicado questionário com questões fechadas (APÊNDICE 1). A finalidade da aplicação do questionário foi obter dados para traçar o perfil socioeconômico e familiar dos aposentados e pensionistas assistidos pelo PAI.

O questionário pode ser definido como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outras (GIL, 2007).

Antes da aplicação definitiva realizamos um pré-teste em atendimento o que é recomendado pela literatura, pois nesse processo é possível identificar a necessidade de modificações relacionadas ao conteúdo do instrumento, adaptando-o às características e à linguagem dos que vão respondê-lo. Segundo Cohen (1998) o teste prévio também pode sugerir a realização de mudanças nas instruções e servir de treinamento para quem vai realizar o levantamento da informação.

Depois de obtida a autorização da coordenação do PAI para a realização da pesquisa, falamos com os facilitadores das atividades a fim de entrar em contato com os possíveis sujeitos e expor os objetivos do estudo. Com aqueles que concordaram, entramos em entendimento para marcar data e horário, de forma que os questionários fossem aplicados sempre após as atividades. Os questionários foram autoaplicáveis, porém ficamos disponíveis no ambiente para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Após a aplicação dos questionários aos sujeitos que frequentam as atividades promovidas pelo PAI foi feito o tratamento preliminar dos dados colhidos. A partir disso, eles foram agrupados segundo variáveis como gênero, nível de renda, escolaridade, idade, os que fizeram críticas e sugestões sobre o PAI e aqueles que não se manifestaram sobre isto, e, ainda os que consideraram que o programa não propiciou mudanças em suas vidas.

Em seguida, cada subgrupo acima referido, foi selecionado algumas pessoas com as quais realizamos entrevista para aprofundar as informações obtidas com os questionários e também colher informações sobre a satisfação destes em relação às atividades das quais participavam e se ocorreram modificações em suas vidas relacionadas com o ingresso no programa (APÊNDICE 2). No total foram realizadas 20 entrevistas com esse grupo na sede do programa, ajustando dias e horários convenientes para os sujeitos. Providenciamos ambiente adequado, com privacidade e livre de interrupções. Todas as entrevistas foram gravadas, já que após consulta, contamos com a anuência dos sujeitos.

Vale ressaltar, que a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação (GIL, 2007, p.117).

Na concepção de May (2004) a entrevista semiestruturada utiliza a combinação entre os métodos estruturados e focalizados. Nesse tipo de entrevista as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas, de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade. O entrevistador pode buscar tanto o esclarecimento quanto a elaboração das respostas dadas e pode registrar informação qualitativa sobre o tópico em questão. Isso permite que ele tenha mais espaço para sondar além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado. O autor considera, ainda, que a entrevista semiestruturada permite aos respondentes usarem mais, seus próprios termos do que a entrevista padronizada, fornecendo uma estrutura maior de comparabilidade, do que na entrevista focalizada.

Por último, tentamos ter acesso ao grupo de pessoas cadastradas, mas que não frequentam o programa. Na ocasião em que realizávamos as entrevistas

com o grupo que efetivamente participa, solicitávamos que nos indicassem nomes, telefones e endereços de pessoas conhecidas e cadastrados no PAI, mas que não vinham frequentando as atividades. Procedemos assim porque antevíamos dificuldades para localizar tais pessoas recorrendo apenas aos cadastros.

Esta estratégia nos permitiu obter os dados solicitados de 15 sujeitos. Após obtermos seus nomes, fizemos contato por telefone. Quando esse contato foi bem sucedido, informamos sobre os objetivos da pesquisa. As pessoas que aceitaram participar da pesquisa foram convidadas a comparecer à sede do PAI em dia e horário que lhes fossem convenientes para realização das entrevistas.

Vale salientar que nos deparamos com diversas dificuldades para realizar as entrevistas com esse grupo. Alguns dos indicados já haviam mudado de endereço, estavam viajando, em tratamento de saúde ou os números dos telefones haviam mudado. Sendo assim, conseguimos realizar apenas 08 entrevistas com pessoas que não participam mais do PAI. As questões principais visaram conhecer as razões porque eles não frequentavam mais o programa, o que fazem em sua rotina de vida e que atividades lhes seriam atraentes para voltarem a participar do PAI (APÊNDICE 3).

4.3 Análise

As informações provenientes das entrevistas passaram pelos procedimentos de praxe. Primeiramente os textos foram transcritos, em seguida foram lidos de forma criteriosa e exaustiva. Após isto, identificamos as recorrências e contradições presentes nos discursos dos sujeitos e delimitamos as categorias que emergiram. Finalmente procedemos à análise, considerando os marcos regulatórios vigentes no Brasil e as teorizações de autores que tratam as questões relativas ao envelhecimento/aposentadoria e suas interfaces. Conceitos como trabalho, inclusão, participação, tempo livre, ócio e lazer foram suportes importantes para a análise.

Os dados quantitativos foram agrupados por meio de percentuais para compor tabelas, quadros e gráficos, recorrendo à assessoria de profissional especializado neste campo. A análise dos mesmos também foi feita recorrendo aos conceitos anteriormente referidos e também à literatura recente que trata da temática em estudo.

4.4 Procedimentos Éticos

Antes do início da coleta de dados submetemos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro D. Libânia de Referência em Dermatologia Sanitária do Ceará, em Fortaleza. O projeto obteve aprovação em reunião do referido comitê sob nº 015/09 (ANEXO 1).

No trato com a coordenação do PAI e com os sujeitos observamos todas as exigências éticas regulamentadas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996). Sendo assim, todos os que aceitaram participar da pesquisa foram previamente informados sobre os objetivos do estudo e lhes foi garantido total anonimato. Além do mais, foi-lhes informado que poderiam se retirar da pesquisa a qualquer momento sem que sofressem quaisquer prejuízos. Antes de serem aplicados os instrumentos e técnicas de pesquisa todos os sujeitos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e as entrevistas foram gravadas mediante a permissão de cada um deles.

5 QUADRO TEÓRICO

5.1 Trabalho e Aposentadoria na Vida dos Seres Humanos

Para entender os efeitos da aposentadoria sobre o ser humano é necessário ter em mente como as pessoas são preparadas para se tornarem produtivas, principalmente nas sociedades capitalistas do mundo ocidental. Dessa preparação resulta que o trabalho passa a ocupar um lugar predominante em suas vidas, compondo de modo muito particular a autoimagem que elas têm de si mesmas.

O trabalho ocupa uma posição central na construção do indivíduo como ser social e diferencia o homem de outras espécies, pois só o homem pode representar, por antecipação, o que ele deseja produzir com o seu trabalho.

As pessoas, em especial os homens, ao longo de sua vida, passam por um processo de verdadeira pregação moral e normativa em que o trabalho é realçado como algo dignificante, o pai de todas as virtudes. Nessa perspectiva o ócio e o tempo livre acabam sendo apreendidos como não sendo bem vindos. Essa pregação é tão universalmente aceita que, mais tarde, quando do afastamento do trabalho, algumas pessoas poderão ter dificuldades importantes.

Segundo Pacheco (2005) o extenso período de preparação para que as pessoas se tornem provedoras se inicia sistematicamente quando ainda são crianças e a grande carga de incentivo se concentra no seio da família e da escola. Somos testemunhas que, no Brasil, os adolescentes deverão ter assimilado de tal modo esses valores que farão precocemente suas escolhas profissionais, com as quais, via de regra, terão de conviver por toda a vida.

Segundo o mesmo autor a preparação para o trabalho estará presente na vida do ser humano também durante a sua vida laboral, quando vai necessitar constantemente reciclar-se para acompanhar as mudanças do mundo do trabalho. Por causa do longo tempo dedicado ao seu sustento e dos seus, frequentemente maior do que o dedicado à família e a outras atividades, o trabalho torna-se uma forte referência na vida de homens e mulheres trabalhadores, que se vêem essencialmente como provedores até mesmo de netos e outros dependentes, considerando a incapacidade do Estado de gerar empregos que absorvam toda população produtiva (PACHECO, 2005).

Na concepção de Rodrigues et al (2005), o trabalho é tão importante na vida das pessoas que chega a nortear e fazer os contornos de sua identidade. Além do mais, o trabalho funciona como organizador da vida, uma vez que em função dele são definidos os horários de outros compromissos e dos relacionamentos familiares e sociais.

Na perspectiva psicológica o trabalho traz afirmação da autoestima e da função do indivíduo perante a sociedade. Sendo assim, o processo produtivo é assimilado em aspectos fisiológicos, morais, sociais e econômicos, ocupando um importante espaço na vida humana e constituindo-se como de grande significado para todos (ROMANINI et al., 2005).

Dentro da lógica normativa de preparação para o trabalho como fonte de realização, onde se nega que ele também pode ser fonte de grandes desgastes e até acionar importantes quadros patológicos, não sobra espaço para a pessoa pensar na aposentadoria como algo que também integra o mundo do trabalho. Chega-se ao absurdo de qualificar aqueles que se aposentam como inativos.

Isso mostra que na sociedade há uma contradição importante porque por um lado se considera a aposentadoria como um direito e uma conquista do trabalhador e por outro se desvaloriza o sujeito depois de aposentado, que passa a ser visto como improdutivo e, portanto, inútil.

No entendimento de Aquino e Martins (2007) a pressa como fenômeno típico da atualidade funciona como mola mestra para os avanços tecnológicos que fabricam equipamentos para produzir mais e supostamente para ganhar mais tempo. Nas palavras dos autores os telefones celulares, o fax, a internet, entre outros, de um lado propiciam mais tempo, mas paradoxalmente as pessoas terminam por preencher esse tempo disponível com mais atividades e afazeres. Premidas entre necessidades econômicas e existenciais as pessoas contemporâneas se vêem divididas entre as obrigações impostas pelo trabalho e o desejo de se libertarem delas para poderem usufruir de um tempo para si.

Em uma sociedade voltada para o trabalho e o consumo, faz-se necessária uma análise dos conceitos, ócio e lazer, que deveriam ser trabalhados ao longo da vida para serem vivenciados no tempo livre da aposentadoria.

Segundo Dumazedier (1994), o tempo livre é um conjunto de intervalos que se dá entre os tempos obrigatórios impostos pela sociedade e que retornam sem cessar a cada manhã, a cada segunda-feira ou a cada volta das férias, tempo

livre este pago pelo mais importante dos tempos obrigatórios: o tempo de trabalho profissional. Para o autor o tempo da aposentadoria é como os outros períodos do tempo livre, produzido por uma liberação do trabalho profissional e familiar. O tempo livre da aposentadoria é, portanto, um intervalo entre trabalhos familiares domésticos e não domésticos que desaparece e retorna sem cessar.

Muller (2003 citado por Aquino e Martins, 2007) afirma que se prepara a criança para a importância da profissão e do trabalho no futuro, porém não há educação para o ócio, o lazer e o tempo livre que, no caso da aposentadoria, se experimentados adequadamente, podem representar significativa melhoria nas condições de vida do idoso/aposentado.

Cabeza (2009) afirma que o ócio não depende somente dos meios, nem da preparação, mas especificamente da concepção que se tenha dele. Para o autor, o ócio deve ser entendido como vivência pessoal específica e como realidade complexa que permite o aprofundamento, em suas múltiplas dimensões.

Aquino e Martins (2007) afirmam que o ócio, derivado do latim *otium*, significa fruto das horas vagas, do descanso e da tranquilidade, possuindo também sentido de ocupação suave e prazerosa. Porém como o ócio abriga a idéia de repouso confunde-se com ociosidade. Com a revolução industrial, um novo conceito de ócio se torna evidente, um conceito oposto ao do ócio contemplativo grego, impregnado da mentalidade puritana que o relaciona à idéia de pai de todos os vícios e o trabalho à idéia de pai de todas as virtudes. Como experiência humana o ócio está relacionado a fatores e significados profundos e só compreendendo isso ele se apresenta como experiência significativa positiva (AQUINO; MARTINS, 2007).

Para Ferrari (2002), falar de lazer é falar sobre a forma mais primitiva do ponto de vista evolutivo do “fazer humano” e que persiste durante toda vida, sendo que, na nossa cultura, o lazer emerge como consequência do aumento de vida. Afirma que o tempo livre é uma conquista não valorizada pelo aposentado, porque ele foi acostumado ao ritmo da produção e depois que se vê liberado das obrigações profissionais e do outras ocupações, com um tempo livre honrosamente conquistado, não sabe o que dele fazer nem como utilizá-lo. Para o enfrentamento desta situação sugere reorganizar e redistribuir o tempo, continuando os projetos de vida com criatividade e energia que dêem ritmo e significado à vida, evitando a sensação de vazio. Realça a necessidade de cursos de preparação para aposentadoria.

Considerando-se a concepção predominante na sociedade sobre o trabalhador que se ausenta das atividades laborais, podem ser esperados desdobramentos no momento em que convergem em uma mesma pessoa duas condições: o afastamento do trabalho, com as implicações derivadas do que isso significa, e a velhice.

A ausência ou redução de papéis sociais, quando associados à inexistência de novos planos e objetivos e ao preconceito contra a velhice podem contribuir para que o momento de ingresso na aposentadoria acentue ou desencadeie o processo de isolamento social das pessoas que por direito alcançaram essa nova etapa da vida.

Os problemas psicológicos relacionados com a aposentadoria acontecem com o rompimento da ligação existente entre trabalho e reconhecimento. Segundo Romanini et al. (2005), com o fim da vida profissional, muitas vivências acabam ou se reduzem como a intensa vida social, o reconhecimento da sociedade que tem como referência a profissão, os compromissos, os horários e a sensação de ser útil.

Corroborando com o ponto de vista de outros autores, Magalhães et al. (2004) ressalta que a aposentadoria pode ser vista como uma transição que envolve a expansão, redefinição e mudança nos papéis, pois as atividades que dependem do contato com colegas de trabalho tendem a diminuir. Sendo assim os papéis sociais que dependem da interação com esses colegas, serão fortemente atingidos. Na concepção do autor os efeitos disso na vida pós-aposentadoria dependerão da importância atribuída pelo sujeito a esses papéis. Tais efeitos tendem a ser mais significativos para os mais dependentes do trabalho que podem ter mais dificuldades de encontrar substitutos satisfatórios para as atividades antes desenvolvidas.

De acordo com Carlos et al. (1999), mesmo que a aposentadoria já tenha sido formalizada, quando há a manutenção de algum tipo de vínculo, configura-se um espaço de preparação subjetiva para o afastamento futuro. Essa preparação geralmente enseja a reorganização da vida familiar, o desenvolvimento de novas relações afetivas, frequência a novos espaços de convívio e de relacionamento fora do mundo do trabalho, novas rotinas.

Na aposentadoria os trabalhadores ressignificam frequentemente o conceito de trabalho, em função do que até então se constituiu sua identidade, fortemente marcada pelo rótulo social imposto, antes como ser ativo e produtivo e depois como ser inativo. Na nova fase da vida são buscadas atividades

remuneradas ou não, preferencialmente no espaço público, como forma de reconhecimento social. É isso que representa sentir-se vivo, já que a ausência do trabalho está frequentemente associada à idéia de morte, exclusão e segregação (CARLOS et al., 1999).

Giardino e Cardozo (2009, p. 31), afirmam que a aposentadoria pode ser o melhor momento da vida de alguém, desde que essa etapa seja planejada com antecedência. “Você é o responsável por delinear um estilo de vida relaxante e revigorante. E não se esqueça de que ninguém mais poderá fazê-lo em seu lugar. É algo que requer muita determinação e paciência, mas você é capaz de fazê-lo”.

Nossa experiência tem mostrado que nesse período é bastante comum as pessoas se voltarem para trabalhos alternativos ou hobbies, atividades para as quais sempre tiveram alguma propensão, mas que por uma razão ou outra a elas não se dedicaram enquanto eram trabalhadoras. Constatamos também que muitas pessoas aposentadas, mesmo não necessitando de complementação de renda, fazem opção por continuarem ativas, exercendo atividades remuneradas ou como voluntárias em instituições como igrejas, hospitais e outras.

Muitos aposentados continuam a trabalhar, entre outras motivações, para complementação da renda. Segundo o IBGE (2002), 4,6 milhões de idosos, cerca de um terço dos idosos brasileiros, retornam ao trabalho depois de aposentados. Constatamos que alguns continuam trabalhando até mesmo nas próprias empresas onde trabalhavam anteriormente. Isso ocorre não somente pela questão econômica, mas devido à sua experiência e competência, e também para continuar com o papel de trabalhador que é prestigiado socialmente, o que representa manutenção da inserção social e participação efetiva na sociedade. Vale ressaltar que essa condição, muitas vezes, interessa à empresa que pode eximir-se de arcar com os encargos previdenciários e trabalhistas do profissional.

Dados da pesquisa SESC/FPA indicam que no Brasil, apenas 15% dos idosos possuem renda proveniente do trabalho. Revela ainda que a maior presença de idosos no mercado de trabalho se dá em ocupações informais onde 15% deles (23% dos homens e 9% das mulheres) trabalham sem carteira assinada. confirma tais achados e afirma que os idosos que trabalham geralmente são temporários ou trabalham por conta própria (NÉRI, 2007).

Ainda de acordo com Néri (2007) a referida pesquisa revelou que o evento aposentadoria atinge 64% dos idosos, sendo bastante diferenciada por

gênero, pois 84% dos homens contra 52% das mulheres são aposentados. As mulheres se aposentam mais por idade enquanto os homens se aposentam mais por tempo de serviço. Na mesma pesquisa 67% dos que se aposentaram disseram ter desejado a aposentadoria, enquanto 11% não queriam se aposentar. Já as dificuldades de adaptação afetam mais os homens (25%) do que as mulheres (21%). Possivelmente as mulheres estranham menos a aposentadoria porque tal evento pode significar para elas o retorno às rotinas domésticas, agora sem o peso adicional da associação ao trabalho fora de casa.

Somos testemunhas que as mulheres aposentadas têm presença dominante em programas e projetos promovidos para esse público-alvo, indicando que a despeito de estranharem a nova situação, elas buscam mais as soluções disponíveis.

A mesma pesquisa já referida mostrou ainda que, uma vez aposentadas, as pessoas acham importante continuar exercendo atividades como forma de adaptação à nova rotina. As alternativas apontadas foram: manter-se trabalhando como opção e não como obrigação (16%); ter qualquer atividade para ocupar o tempo e a mente (13%); ter um trabalho mais leve e adequado à idade (10%); manter um salário para garantir o mesmo padrão de vida (8%); dedicar-se a cursos, projetos e trabalhos voluntários, ocupando-se por menos horas (8%); atividades de lazer (7%), físicas (6%) e descanso (5%). No entanto 7% dos sujeitos disseram que não fazem nada e 30% responderam que não sabiam o que fazer para manter a atividade depois da aposentadoria (NÉRI, 2007).

Pelos dados do parágrafo anterior constatamos que atividades físicas, lazer e descanso não são os projetos proferidos pelas pessoas quando aposentadas, ou seja, os valores associados à vida laboral permanecem mais presentes entre os idosos do que a idéia de recolhimento ou de desenvolvimento preferencial de atividades lúdicas e de entretenimento. Fato que reforça a necessidade de se oferecer programas de preparação para a aposentadoria, que orientem essa nova etapa da vida. Por outro lado, o significativo número de pessoas que de nada se ocupam ou não sabem como se manterem ativas na aposentadoria indica a necessidade de programas que venham a ajudá-las.

Não é só para se sustentar que o ser humano necessita do trabalho, mas para crescimento pessoal. Para Bulla e Kaefer (2003), o trabalho representa a própria vida, ainda mais numa sociedade capitalista em que o homem sem trabalho

é considerado improdutivo, sendo excluído socialmente. De nossa experiência temos observado que muitas pessoas aposentadas se sentem profundamente desconfortáveis, quando frequentemente o setor de recursos humanos da instituição onde trabalharam passa a se referir a elas como inativas.

No nosso entendimento a contribuição social e econômica dos idosos vai além das atividades econômicas, já que, com frequência, essas pessoas desempenham funções na família e na comunidade. Muitas de suas valiosas contribuições costumeiramente não se medem em termos econômicos, como os cuidados prestados aos membros da família, o trabalho produtivo de assistência e manutenção dos lares e a realização de atividades voluntárias na comunidade. É fato que as funções desempenhadas pelos idosos contribuem para a preparação da futura força de trabalho, principalmente quando eles subsidiam a instrução e/ou cuidam dos descendentes em idade escolar e que se preparam para ingressar no mercado de trabalho. É preciso que reconheçamos todas as contribuições, inclusive dos trabalhos não remunerados realizados pelos idosos em todos os setores, especialmente os executados pelas mulheres.

Tendo em vista as diferenças no modo como as pessoas se relacionaram com o trabalho durante a vida, reagirão de modo distinto quando dele se afastarem. Para uns a aposentadoria gera sofrimento e inúmeros problemas, podendo desestabilizá-las emocionalmente e determinar que passem a demandar a atenção de programas e de profissionais voltados para ajudá-las a superar tais dificuldades. Para muitos outros significa a tão sonhada recompensa por os longos anos trabalhados, pois finalmente poderão dispor de tempo livre para desenvolver atividades que antes era impossível. Há ainda os que efetivamente continuarão trabalhando enquanto o conseguirem para complementar a renda mensal. Quando isso ocorre, representa um complicador a mais na vida do aposentado, já que o valor pago na aposentadoria não deveria ser para suprir a renda familiar, mas para o próprio aposentado ou idoso.

Nem todos os problemas que costumam surgir ou se acentuarem por ocasião da aposentadoria podem ser atribuídos a ela. Como frequentemente ela coincide com o período de acelerado envelhecimento que é inevitável e irreversível, surgem muitos questionamentos que geram angústia. Em razão disso, muitos consideram e vivenciam aposentadoria e envelhecimento como um só e mesmo fenômeno.

As diferenças individuais e a forma de viver a velhice e a aposentadoria estão associadas a várias questões que se interligam em uma equação bastante complexa. As pessoas constroem suas próprias histórias de vida com características e dificuldades diferentes, por isso também não envelhecem de maneira igual (BULLA; KAEFER, 2003). Esse ponto de vista também é compartilhado por Paschoal (2005).

Como o trabalho traz para os indivíduos toda uma convivência com outras pessoas, este é um dos fatores que fazem com que, quando na aposentadoria, na fase de não trabalho, muitos delas precisem de preparação para essa nova etapa da vida, de readaptação do seu tempo livre na vida familiar e social (PASCHOAL, 2005).

Sendo assim, a aposentadoria deve ser percebida como um período de reestruturação da vida, de atividades e de valores. Portanto, o decantado preparo das pessoas para se aposentarem, demanda por parte dos que se propõem a colaborar com esse processo, todo um conhecimento técnico, amadurecimento e respeito ao modo como cada aposentado se posiciona diante da vida.

Segundo Bulla e Kaefer (2003) a maneira como o homem se relaciona com o trabalho faz com que tenha suas próprias concepções e mesmo que diferentes devem ser respeitadas e entendidas. Nas palavras de Marques (2006), compreender a identidade como sendo algo mutável e dinâmico possibilita entender o momento da aposentadoria como mais uma etapa, onde por meio da inserção social o aposentado pode continuar encontrando sentido para a vida.

De acordo com Cordeiro (2008), no Brasil, a partir dos anos 1990, foi acentuada a luta das associações de aposentados por programas para a terceira idade. Fato marcante é que a cada ano o país tem mais idosos distribuídos em diferentes estratos sociais que vivenciam a velhice de forma diferente, dependendo do contexto onde cada um se encontra inserido.

Temos o entendimento de que a aposentadoria e o envelhecimento não são sinônimos de inatividade, doença, incapacidade ou proximidade com a morte. Os recentes dados indicando uma maior sobrevida da população fazem das pessoas idosas e aposentadas um grupo de grande peso demográfico que está demandando políticas públicas voltadas para ajudá-las a continuarem se sentindo úteis e socialmente integradas.

5.2 Políticas Públicas para Aposentados e Idosos

Diante do que vimos expondo, é possível afirmar que aposentados e idosos constituem um grupo vulnerável, tanto pelos preconceitos sociais que sobre eles recaem como pela própria condição biológica que os caracteriza. Assim, o Estado deve promover programas e projetos que lhes proporcionem uma vida participativa e integrada, solucionando ou atenuando problemas advindos dessa etapa da vida.

Essa necessidade se colocou em pauta devido ao significativo aumento de sua população idosa, “a preocupação com o envelhecimento populacional no Brasil, numa situação sócio-econômica adversa tem-se traduzido – principalmente a partir da década de 1980 – em políticas, programas e projetos para atender as demandas decorrentes e instituir direitos sociais (PRADO, 2006, p. 16).

Nessa perspectiva, não só os Estados Nacionais estão implicados nessa responsabilidade. Os organismos internacionais têm exercido um papel de liderança neste particular, embora suas recomendações frequentemente não se adéquem ou não sejam seguidas pelos diversos países

Os programas sociais direcionados ao enfrentamento do processo de envelhecimento começaram a ganhar expressão na década de 1970. Referidos programas tinham como objetivo a manutenção do papel social dos idosos e/ou sua reinserção, e prevenção de sua autonomia (CAMARANO; PAISANATO, 2004). Ressaltamos que as primeiras resoluções se vincularam mais particularmente à realidade das populações dos países desenvolvidos, já que nos demais países o envelhecimento populacional ainda não se constituía uma preocupação iminente.

A primeira Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, realizada pela ONU no ano de 1982 em Viena, constituiu-se um marco no estabelecimento das agendas internacionais de políticas públicas para essa questão específica. Nesse evento houve o alerta de que a população mundial estava envelhecendo em ritmo mais acelerado, o que tomou de surpresa muitos países, entre os quais se inclui o Brasil.

Segundo Camarano e Paisanato (2004), em 1991, a ONU definiu 18 princípios em favor da população idosa. As autoras os agruparam em cinco grandes temas: independência que requer políticas públicas para garantir a autonomia financeira, ou seja, o acesso aos direitos básicos de todo ser humano, alimentação,

habitação, saúde, trabalho e educação; participação, em busca da integração dos idosos na sociedade, fazendo-se necessária a criação de um ambiente adequado para que possam compartilhar seus conhecimentos e habilidades com os mais jovens e se socializarem; cuidados que se referem à necessidade dos idosos desfrutarem todos os direitos humanos e liberdades fundamentais através do cuidado familiar ou institucional; autorrealização, significando a possibilidade dos idosos fazerem uso de oportunidades para o desenvolvimento do seu potencial, pelo acesso assegurar aos idosos a possibilidade de vida digna e segura, livre de toda e qualquer forma de exploração e maus tratos. Tais princípios estão direcionados a garantir a esse grupo populacional as prerrogativas da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No princípio relativo à participação, relacionado à integração desse segmento na sociedade, eles devem participar no planejamento e execução das políticas que afetam diretamente o seu bem-estar.

Segundo Millani (2005) a participação constitui-se como um dos princípios organizativos sugeridos pelas agências nacionais e internacionais aos países que enveredam pelo processo de formulação de políticas públicas. O autor afirma que nos anos 1990 houve forte consulta aos segmentos sociais nos processos e na formulação de políticas públicas locais, mas que a participação, democrática, popular, comunitária, ou com outras denominações, terminou sendo alçada à condição de estratégia política fortemente utilizada nos discursos eleitoreiros.

Vinte anos após a I Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, em 2002, foi realizada a segunda, em Madri. Segundo Camarano e Paisanato (2004), entre uma e outra assembléia ocorreram mudanças importantes nos diversos países, especialmente na década de 1990, quando o envelhecimento populacional se tornou mais expressivo nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos.

Na II Assembléia, além de reconhecer o rápido crescimento da população acima de 60 anos, a ONU apontou a pobreza e exclusão como obstáculos primordiais para que as pessoas ascendessem a uma velhice digna (ONU, 2002). O evento, além de avaliar os avanços alcançados desde a I Assembléia, definiu diretrizes que deveriam orientar as políticas públicas dos diversos países relativas à população idosa no século XXI. Tais diretrizes, pautadas nas noções de envelhecimento ativo ou produtivo e de inclusão social do grupo idoso começaram a marcar uma mudança importante, já que até então predominava a noção de que o

idoso era incapaz e nas ações a ele dirigidas predominavam a discriminação e exclusão (AEROSA; AEROSA, 2008).

Em 2007, a ONU anunciou na Sede da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que políticas públicas poderiam facilitar a adaptação e aproveitar os benefícios das mudanças demográficas em relação aos impactos provocados pelo envelhecimento da população no desenvolvimento econômico e social em todo o mundo. No documento intitulado Estudo Econômico e Social Mundial, afirma-se que, na medida em que aumenta a proporção de pessoas idosas, a percentagem da população em idade ativa diminui e a força de trabalho envelhece. A introdução de pensões para a velhice ou de transferências diretas para as pessoas de idade avançada foi considerada um instrumento para reduzir a pobreza na velhice, tanto em países em desenvolvimento como em países desenvolvidos (HERDY, 2009).

Em meio a tais indicativos, ao envelhecimento crescente de sua população e em franco processo de democratização, no Brasil, diversos marcos regulatórios de políticas públicas para idosos e aposentados vêm sendo formulados e postos em prática.

A despeito de ainda conviver com preconceitos contra os idosos, o Brasil é considerado um dos pioneiros na América Latina na implementação de políticas que levaram à universalização da seguridade social para os cidadãos idosos (CAMARANO; PAISANATO, 2004).

A Constituição de 1988 é um marco fundamental no esforço de mudança do paradigma assistencialista para uma perspectiva cidadã. Seu artigo 230 define que o apoio aos idosos é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado (BRASIL, 2010).

A Lei Orgânica de Assistência Social (nº 8742/1993) definiu princípios e diretrizes de atenção a diversos segmentos, entre os quais se inclui o idoso. Assegurou benefício mensal de 01 (um) salário mínimo a toda pessoa com mais de 65 anos que não possua meios para prover sua subsistência, o que passou a ser denominado de benefício de prestação continuada (BPC). Segundo esta mesma lei os idosos sem condições de proverem o próprio sustento devem saber que seus filhos maiores e capazes têm o dever de ampará-los e assisti-los até o final da vida e que o Governo deve ajudar aos que precisam de suporte financeiro (BRASIL, 1993).

Além de ter sido previsto na LOAS, o BPC foi regulamentado pelo Decreto nº 1.744/1995 e pela Lei nº 9.720/1998, estando em vigor desde 1º de janeiro de 1996. Posteriormente foi confirmado pelo Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

Mesmo assim, somente em 1994 o Brasil passou a contar com a Política Nacional do Idoso e cinco anos depois foi editada a Política Nacional de Saúde do Idoso (BRASIL, 1994, 2006).

O Estatuto do Idoso foi aprovado no Congresso Nacional, e sancionado através da Lei 10.741 em 2003, ampliando a resposta do Estado e da sociedade às necessidades dessas pessoas, tratando dos mais variados aspectos da sua vida. O Estatuto do Idoso assegura que se constitui obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde mediante políticas públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. Também determina que a preparação dos trabalhadores para a aposentadoria deve acontecer com antecedência mínima de um ano, pelo estímulo à participação em novos projetos sociais, conforme seus interesses, e tendo acesso a esclarecimentos sobre os direitos sociais e cidadania (BRASIL, 2003).

O Estatuto do Idoso foi elaborado com intensa participação de entidades das pessoas idosas. Seu texto está claramente relacionado com os princípios definidos anteriormente pela ONU, tanto na questão da participação, quanto na preocupação com uma subsistência digna e ainda em relação a apontar para preparar as pessoas para se aposentarem com qualidade de vida e autonomia, entre outros. Isso vem ao encontro da constatação de que as políticas públicas no Brasil adquirem maior expressão, também, em atendimento a recomendações de organismos internacionais.

Em maio de 2006 foi realizada em Brasília, a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, precedida de 27 (vinte e sete) Conferências Estaduais, o que significa que o processo foi marcado por grande mobilização. Tais eventos testemunham o esforço político do governo e das organizações que representam a pessoa idosa no Brasil para estruturar uma rede de proteção e defesa dos direitos, que a médio e longo prazo propicie uma velhice digna e ativa para milhões de cidadãos. Ressaltem-se também as discussões realizadas sobre a necessidade de preparar o País para um novo sistema de seguridade econômica e social, de forma a responder ao acelerado fenômeno do envelhecimento populacional (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, 2006).

Para ser gerenciado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), por meio da Lei Nº 12.213 de janeiro de 2010 foi criado o Fundo Nacional do Idoso, tendo por objetivo financiar programas e ações que assegurem os direitos sociais do idoso e que criem condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL, 2010).

Camarano e Pasianato (2004) ressaltam que, no Brasil, foram regulamentados diversos dispositivos constitucionais referentes a políticas setoriais de proteção aos idosos, destacando-se: aprovação de planos de custeio e de benefícios da previdência social; concessão de pensão também ao homem, em caso de morte da esposa segurada; introdução da aposentadoria por tempo de serviço proporcional à mulher; redução da idade para concessão de aposentadoria por idade do trabalhador rural, homem de 65 para 60 anos e mulher de 60 para 55 anos. Certamente o acesso a recursos financeiros por aposentadoria resultante de trabalho formal remunerado ou por benefício de prestação continuada é um dos determinantes da qualidade de vida dos idosos.

Para Coutrim (2006) a aposentadoria possibilitou ao idoso uma segurança maior de renda. Embora sujeita a gastos extras como, remédios e demais despesas com tratamentos de saúde, a população idosa, possui hoje melhores condições financeiras do que os mais jovens. A autora cita Barros, Mendonça e Santos (1999) para os quais, apesar da renda do indivíduo decair com a aposentadoria, nessa população a pobreza diminuiu 50% entre 1983 e 1998. Os autores afirmam que isso possibilitou uma redistribuição intergeracional da renda do idoso.

D'Alencar e Campos (2006) afirmam que é cada vez mais importante considerar que o envelhecimento implica na diminuição da atividade econômica e no incremento de custos com saúde e pensões/aposentadoria.

A síntese de indicadores sociais elaborada pelo IBGE a partir dos dados da PNAD de 2007 ressalta o fenômeno das famílias intergeracionais, decorrente do aumento da esperança de vida, o que possibilita a convivência de até três gerações em um mesmo domicílio. A contribuição dos idosos em 53% dos domicílios com pessoas nesta faixa etária representa mais da metade do total da renda domiciliar, sendo essa situação mais expressiva no Nordeste, com 63,5% dos domicílios nessa condição. Em 2007 84,4% dos 13,8 milhões de idosos com 65 anos ou mais recebiam aposentadoria e/ou pensão (IBGE, 2007).

O envelhecimento da população é uma realidade concreta, decorrente dos avanços tecnológicos e das ciências, como já foi citado anteriormente e também do controle da natalidade, cada vez mais crescente no Brasil e na maioria dos países. Ressaltamos, entretanto, a necessidade de avaliar as políticas públicas voltadas para pessoas aposentadas ou prestes a se aposentarem. Caso essa avaliação não ocorra ou o segmento interessado não participe e exercite vigilância as políticas públicas terminam sendo executadas nos aspectos que mais interessam a determinados nichos comerciais, como turismo e lazer. Se apenas isso ocorre os avanços previstos na legislação privilegiam predominantemente os idosos e aposentados de poder aquisitivo superior, mantendo-se o Estado à margem de sua obrigação de assegurar a todos as mesmas oportunidades.

Debert (1997 citado por Peres, 2007) ressalta que as políticas públicas voltadas para o idoso estão relacionadas à lógica da mercantilização da velhice. Nessa perspectiva até mesmo o Estado e diversas organizações representativas de idoso passam a articular formas de consumo e realçar demandas que em essência terminam por priorizar interesses comerciais e até eleitorais às custas do envelhecimento da população.

A convergência entre aposentadoria e velhice faz com que essas duas questões sejam abordadas nas políticas públicas como se fosse o mesmo evento. A velhice, entretanto, tem sido mais abordada nas políticas públicas do que a aposentadoria e o preparo das pessoas para ingressarem nessa nova etapa da vida. Como consequência disso as avaliações recaem mais sobre políticas voltadas para a primeira temática do que para a segunda.

Isso se tornou patente no decorrer das buscas por bibliografia, quando constatamos que, a despeito de muitas fragilidades, o PAI do Ceará (Ceará, 1990) é um dos poucos e mais longevos voltados para o segmento de aposentados. A análise sobre o contexto em que o programa se formulou e sobre suas fragilidades, antecipadas em linhas gerais na Introdução, será aprofundada no tópico 5.1, quando ressaltamos que sua abrangência é muito limitada e que ele termina por privilegiar os aposentados com melhor poder aquisitivo.

Sendo um programa longo, a despeito de só agora estar passando por uma avaliação sistemática, o PAI já começou a desenvolver algumas estratégias de ampliação. A primeira delas foi o PIPA, iniciado em 2008. O outro é representado pelo Projeto de Ações do PAI, no Interior o PAPI, iniciado no primeiro trimestre de

2009². A análise sobre o funcionamento destes projetos também se encontra no tópico 5.1.

Ainda na Região Nordeste há outro programa no Maranhão. Criado pelo Decreto nº 12.526/1992, é uma política similar, inclusive no nome, ao programa avaliado na presente pesquisa. Tem como propósitos planejar, executar e organizar atividades culturais, sócio-educativas, recreativas e de lazer; promover cursos, passeios, palestras educativas, seminários, oficinas, dentre outros similares; realizar atendimento individual e grupal através de visitas domiciliares e reuniões mensais; auxiliar o aposentado na elaboração de um projeto de aposentadoria ativa e saudável; estimular a vivência de um tempo livre de forma útil, lúdica e criativa; oferecer apoio na área de saúde através de atendimento médico (geriatra/clínico geral/oftalmologista), assistência através de fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, enfermeiras e auxiliar de enfermagem. O programa contava em Dezembro de 2009 com 15.466 aposentados cadastrados, atendendo diariamente uma média de 600 pessoas (MARANHÃO, 2009).

Dentre os poucos exemplos de políticas públicas de preparação para aposentadoria vale salientar a experiência do Programa Aposenta-Ação, como já mencionado na Introdução, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina, iniciado em 2006, com o objetivo de desenvolver atividades grupais gratuitas com pessoas prestes a se aposentarem ou que tenham se aposentado recentemente, para prevenir os diversos problemas que a aposentadoria não-planejada pode trazer, SOARES et al. (2007). Embora tenha sido iniciado tendo como público-alvo os próprios servidores da UFSC, o programa depois foi o ampliado para pessoas da comunidade e se mantém gratuito.

² Folder do Projeto da SEPLAG/PAI, Agosto/2008.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 O PAI, seus Objetivos e Abrangência

Antes de passar à análise do percurso do PAI ao longo de duas décadas é importante reafirmar em que contexto ele surgiu. Como já foi referido na Introdução, as diversas medidas tomadas para sua criação, ampliação ou consolidação estiveram estreitamente ligadas às deliberações internacionais, aos princípios e diretrizes da Política Nacional do Idoso, do Estatuto do Idoso, da Lei Orgânica de Assistência Social, entre outros. A própria criação do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso em 2003, também se insere nesse contexto.

O Programa de Ação Integrada para o Aposentado-PAI foi criado no decorrer da primeira gestão do Governo Tasso Jereissati (1987-1991) através do Decreto nº. 21.088 de 22.11.1990 (CEARÁ, 1990). Naquela época o PAI era vinculado à Secretaria de Administração do Estado (SEAD), hoje a SEPLAG.

No Art. 1º do Decreto nº 21.088/1990 está definido que o PAI teria como finalidade

Orientar, apoiar e acompanhar o pessoal aposentado da Administração Pública Estadual, com relação aos seus direitos e benefícios, lhes assegurar prioridade no atendimento dos diversos serviços prestados pela Administração Pública Estadual e promover sua reintegração no Mercado de Trabalho (CEARÁ, 1990).

No mesmo documento, capítulo II, a estrutura organizacional do PAI estava assim definida: coordenação, assessoria de planejamento, serviço social, jurídico e médico-odontológico e também serviços de apoio administrativo e gerais (CEARÁ, 1990). Naquele período, o programa contava com uma equipe multidisciplinar, que dispensava atenção nas áreas de serviço social, jurídico e de saúde.

Após o transcurso da gestão de Ciro Ferreira Gomes no governo do Ceará (1991-1995), Tasso Ribeiro Jereissati foi novamente eleito para o período de 1996 a 1999. Nesse período algumas atividades do PAI foram esvaziadas. Isto ocorreu em decorrência das medidas administrativas adotadas, como demissões e devolução de servidores então lotados no PAI aos respectivos órgãos de origem. Com a redução da equipe, as atividades ficaram centradas nas ações de integração

e convivência que se concentravam mais em reunião semanal de socialização e feira de artesanato e curso pintura, coral e teatro (CEARÁ, 2006b).

As medidas adotadas pelo Governador em sua segunda gestão geraram prejuízos concretos às atividades que vinham sendo desenvolvidas. Tanto é que no ano de 1999 um grupo de aposentados elaborou e assinou ofício nos seguintes termos:

Em nome dos 3.200 aposentados cadastrados no Programa "PAI", com expressiva frequência semanal, fica-nos a certeza de que Vossa Excelência será sensível ao problema acima enfocado, não somente por estarmos comemorando o "Ano Internacional do Idoso", mas, também, pela relevância e pioneirismo do Programa de Ação Integrada para o Aposentado – PAI, implantado no seu primeiro Governo (1987 - 1990).

O ofício tratava especificamente de solicitação ao Governador para que fossem lotados no PAI servidores da área social, em especial com experiência na área de gerontologia social.

Portanto, a despeito de o PAI ser uma política pública estadual, sofreu na segunda gestão do Governo Tasso Ribeiro Jereissati as consequências das medidas administrativas adotadas, gerando cortes e remanejamento de técnicos até então ali lotados. Com isso, ocorreu o redirecionamento das ações do programa, da atenção inicial voltada para as áreas social, jurídica e de saúde para ações denominadas de integração e socialização.

No final do governo de Lúcio Gonçalo de Alcântara (2003-2006), em janeiro de 2006, a coordenação do PAI promoveu um seminário do qual participaram sua equipe técnica, representantes dos aposentados e pensionistas. Para assessorar a realização do evento foram convidados especialistas em planejamento. O que motivou a realização desse seminário foi o entendimento de que o programa precisaria ser reformulado, na necessidade de sua maior formalização e também na falta de um orçamento regular.

O aumento da demanda foi o principal móvel para a realização do seminário, com o argumento de que se fazia necessário ampliar o número e diversificar as atividades promovidas e também vinha se fazendo necessário firmar parcerias para solucionar tais questões (CEARÁ, 2006a).

O seminário tornou evidente a necessidade, além de outras questões, de se rever a estrutura organizacional do PAI, considerando o modelo organograma então vigente na SEAD, onde o referido programa estava posto a nível de núcleo.

Isso correspondia a um nível hierárquico operativo, caracterizando-se apenas como um órgão de execução. À época isso foi considerado uma disfunção estrutural, tendo em vista a demanda existente no PAI que estava a exigir maior independência na sua estrutura organizacional e que fossem assegurados recursos financeiros para redimensionar sua equipe técnica, passando ela a ter um caráter mais interdisciplinar (CEARÁ, 2006b).

A despeito das necessidades acima referidas, não houve qualquer alteração no nível hierárquico do PAI, permanecendo na condição de núcleo. No que diz respeito à demanda por expansão da equipe o PAI ocorreram ganhos quanto à ampliação numérica e a diversificação das categorias profissionais, com a inserção efetiva ou temporária de técnicos da área de recursos humanos especialistas em planejamento e finanças, psicologia, informática e um coralista. Também foram vinculados recepcionistas ao programa. Mesmo assim, algumas dessas categorias profissionais não chegam a ter vínculo efetivo com o PAI, sendo estagiários ou desenvolvendo atividades voluntárias, ou ainda, temporariamente como facilitadores.

Em 2009 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para apresentar propostas de reestruturação do PAI (CEARÁ, 2009b). A despeito do GT ter apresentado diversas propostas, não houve ainda avanços significativos na estrutura organizacional do programa.

Quanto aos recursos financeiros necessários à expansão e melhoria da qualidade do programa, somente nos anos de 2008 e 2009 a SEPLAG liberou recursos respectivamente no valor de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais) e de R\$ 68.827,00 (sessenta e oito mil e oitocentos e vinte e sete reais). Tais recursos foram destinados ao desenvolvimento de atividades extras “Sócioeducativas e culturais”, e que não fazem parte das que ocorrem sistematicamente, destacando-se a apresentação do espetáculo cultural “Travessia” – baseada na vida de Milton Nascimento e encenada pelos grupos artísticos do PAI, teatro – MOSAICO e coral ENCANTAPAI. Em 02 (duas) apresentações foram registradas 820 presenças (CEARÁ, 2009c).

A maior parte dos valores acima, em 2008 e 2009, foi utilizada para desenvolver dois importantes projetos, o PIPA (R\$ 105.400,00) e o PAPI (R\$ 13.000,00) (CEARÁ, 2009d).

O PIPA conforme o nome indica, tem como objetivo minimizar os impactos decorrentes da transição para nova fase de vida, contribuindo para que os

servidores ingressem de forma confiante e orientada na aposentadoria. Este projeto foi elaborado por técnicos do PAI, que também se encontra responsável pela sua execução.

No ano de 2008 foi realizado a primeira ação do PIPA, compreendendo o seminário de lançamento do Projeto PIPA, realizado em Fortaleza, no auditório da Procuradoria Geral da Justiça (PGJ), no mês de agosto com duração de 01(um) dia, e com a participação de 86 pessoas aptos a aposentarem-se, das diversas instituições estaduais. Em 2009 foi realizado o I Curso de Preparação para Aposentadoria do PIPA e um Seminário de Sensibilização para o referido curso. Este seminário contou com a participação de 162 pessoas. Referido curso foi realizado em Fortaleza, nas salas de aula da empresa Expansão-Gestão em Educação e Eventos, realizadora do curso, situadas no edifício empresarial Torre Deo Paseo, com carga horária 112 horas e participação de aproximadamente 86 pessoas divididas em 04 turmas (CEARÁ, 2009c).

O PAPI, por sua vez, tem como objetivo desenvolver ações socioeducativas e culturais para aposentados e pensionistas da administração pública estadual, residentes no interior. A proposta está estruturada de modo que a cada ano se realize em uma macrorregião ações de sensibilização e posteriormente que se criem núcleos (CEARÁ, 2009a).

A primeira atividade do PAPI foi realizada em 2009, ou seja, o I Seminário: Ação do PAI, implementado no interior, em 15 de outubro de 2009, em Baturité. O seminário abrangeu os 13 municípios da macrorregião do Maciço de Baturité e contou com a participação de 128 aposentados e pensionistas (CEARÁ, 2009d).

Atualmente o PAI, mesmo ainda sendo um núcleo no organograma, deixou de ser ligado ao setor financeiro e está diretamente vinculado a titular da SEPLAG. O programa conta com uma coordenação que gerencia todas as suas ações. Além disso, para efeito de organização interna do trabalho, há as divisões: Acolhimento e orientação; Capacitação e desenvolvimento; Logística e assessoria. Ressaltamos que tais divisões correspondem a uma estrutura informal, tendo em vista que o núcleo PAI conta somente com um cargo na sua estrutura funcional e que corresponde ao de coordenador.

Em 2009 a equipe do PAI era constituída de quatro sociólogos, dois administradores, dois filósofos, um economista, dois técnicos com licenciatura plena

em letras, dois analistas (nível médio) de gestão pública integrantes dos quadros funcionais do governo do Ceará. O programa contava também com uma estagiária em psicologia, duas estagiárias do programa primeiro emprego, oito prestadores de serviço de diversos níveis, quatro voluntários e 16 facilitadores. Com estes dados fica explicitada mais uma vez a fragilidade do programa, tendo em vista que sua equipe se compõe predominantemente de pessoas sem vínculo permanente. Vale ressaltar, entretanto, que a coordenação do PAI vem defendendo a alocação de profissionais como enfermeiras, psicólogas e assistentes sociais.

Atualmente o PAI ainda funciona em um imóvel alugado, localizado na Aldeota, considerado o bairro mais nobre de Fortaleza. Na parte interna o imóvel conta com oito compartimentos destinados às atividades administrativas do programa e sete outros destinados à realização de cursos e de várias outras atividades e também copa, banheiros, almoxarifado, depósito e áreas de circulação. Além desses compartimentos internos, dispõe de grande área externa que passou por reforma e adaptação com a aposição de piso, a instalação de tendas, rampas e corrimões, o que possibilita a realização das atividades físicas, feiras do artesanato, reuniões de socialização e festas, dentre outras.

No período em que realizamos a presente pesquisa as atividades promovidas pelo PAI eram: Aprendizado de Línguas Estrangeiras - Francês e Inglês; Atividades Físicas - Alongamento, Dança de Salão, Dança do Ventre e *Tai Chi Chuan, Lien Kong*; Inclusão Digital - Informática Básica I, Informática Básica II, Informática Básica III; Biopsicossociais - Atividades Cerebrais e Interpessoais, Desenvolvendo a Memória, Exercitando o Cérebro, Jornadas Filosóficas, Neurolinguística, Identidade e Memória, Geração de Ocupação e Renda; Pintura em Tela, Pintura em Tecido, Feira de Artesanato; Formação de Grupos Artísticos - Coral, Teatro, Teclado e Violão; Socialização e Saúde Preventiva - Palestras, Apresentações Artísticas, Festas Comemorativas, Passeios, Campanhas de Saúde; Projetos Especiais - Trocando de Mãos; Revendo Amigos.

Segundo dados colhidos na SEPLAG em 2009, o Ceará contava com 46.570 aposentados e 15.553 pensionistas, totalizando 62.123 pessoas. Em Fortaleza existiam 25.253 aposentados e 11.450 pensionistas, totalizando 36.703 pessoas (CEARÁ, 2009e). No interior, 25.420 pessoas dentre aposentados e pensionistas. Portanto, 40,91% dos aposentados e pensionistas da administração

pública estadual residem no interior, mas o PAI só funciona efetivamente em Fortaleza.

Sendo assim, a despeito dos benefícios que os sujeitos da pesquisa quase unanimemente afirmaram usufruir, consideramos a abrangência do PAI bastante limitada já que está estruturado apenas em Fortaleza e mesmo nesse município atende a um ínfimo número de potenciais beneficiários.

O suprimento de fundos disponibilizado pela SEPLAG para o PAI, cerca de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), liberados quando há disponibilidade financeira, cobre apenas pequenas despesas como, material de consumo e expediente quando da falta destes.

Alguns cursos são realizados gratuitamente por profissionais do PAI, ou voluntários e conveniados. Já um significativo número de atividades desenvolvidas sob a chancela do programa é custeado por recursos financeiros advindos de contribuição dos aposentados e pensionistas. Elas ocorrem na forma de parceria entre o PAI e facilitadores externos. O PAI oferece a infra-estrutura para realização das atividades, e o facilitador cobra um valor bastante inferior ao de mercado, valor este pago diretamente pelos aposentados ao próprio facilitador. Para ser um parceiro do PAI o facilitador deve apresentar projeto e currículo para ser devidamente analisado e aprovado pela equipe técnica e coordenação do programa.

As festas e eventos anuais são organizados pela equipe do PAI, que utiliza recursos da chamada “caixinha”, contribuição mensal voluntária correspondente a R\$ 5,00 (cinco reais) que é administrada por um pequeno grupo deles e pela coordenação do PAI.

A partir do que vimos apresentando podemos afirmar que a instabilidade tem sido uma constante na existência do PAI. Isto pode ser explicado pela falta de um orçamento regularmente destinado ao programa e também devido às mudanças de governo. Ao sabor das características de seus coordenadores e desses dois fatores, em alguns momentos o programa chegou a desviar-se de seu público-alvo, os aposentados e pensionistas da administração pública do estado do Ceará.

Por exemplo, em 2000 havia 303 cadastrados de outras origens, como diversos órgãos federais, trazidos na maioria das vezes pelos próprios aposentados e pensionistas do governo do Ceará. Tendo em vista este fato, o grupo passou a ser denominado de grupo de socialização, com permanência assegurada no PAI, no

entanto não pode mais absorver novos integrantes. Essa decisão foi tomada pela coordenação do programa para priorizar os aposentados da administração pública do Ceará, para os quais foi criado. Em 2006 foi criada a categoria de visitantes que em 2009 contava com 308 cadastrados. Essa categoria tem participação assegurada por um ano, podendo ou não ser renovada.

Como o PAI nunca teve sede própria, já se somam alguns locais onde suas atividades foram desenvolvidas. A última sede, alugada, funciona no bairro mais valorizado de Fortaleza.

Vale salientar que internamente a equipe que coordena o PAI defende a necessidade da sede onde o programa funciona estar localizada em ruas que sejam passagem de linhas de ônibus para os diversos bairros da cidade. A finalidade disso é possibilitar a frequência dos aposentados que não possuem carro próprio e mesmo facilitar o deslocamento para aqueles que possuem. Mas é importante assinalar que as sedes do programa, mesmo provisórias, sempre estiveram localizadas em bairros nobres da cidade. Isso deve ser ressaltado, tendo em vista que, pelas faixas salariais que percebem, benefício médio mensal de R\$ 2.232,12 para os aposentados e R\$ 1.874,67 para os pensionistas (CEARÁ, 2009f) os aposentados da administração estadual tendem a residir predominantemente em bairros periféricos.

Conforme a Lei 10.741 de 2003, em seu artigo 39, está assegurado aos idosos carentes residentes em Fortaleza o direito de se locomoverem nos ônibus gratuitamente, a distância ainda pode ser considerada como um limitante à frequência maior deles nas atividades do PAI. Sendo assim, seria importante viabilizar alternativa mais viável de transporte coletivo para os beneficiários se locomoverem com mais agilidade e conforto (BRASIL, 2003).

6.2 Sujeitos que Participam do PAI

O presente tópico trata da análise dos dados empíricos colhidos com os questionários aplicados aos aposentados e pensionistas que corresponderam à amostra do estudo, ou seja, 90 sujeitos. O material abrange as informações que permitiram traçar o perfil dessas pessoas, tanto em relação aos dados socioeconômicos e demográficos, quanto ao modo como os sujeitos avaliam o PAI.

Os dados representados no Gráfico 1, mostram que 91,1% dos participantes são do sexo feminino e apenas 8,9% são do sexo masculino, o que, em essência confirma dados de outras pesquisas que indicam a presença sempre diminuta dos homens em serviços de saúde ou em programas semelhantes ao que estamos avaliando.

Cordeiro (2008) afirma que em grupos desse tipo, a presença de homens nunca ultrapassa a 10% do número de mulheres. A partir disso o autor infere que o grupo pode não atender as necessidades dos homens que se mantêm ativos e que diferentemente das mulheres transferem a sociabilidade desenvolvida antes de se aposentarem para o bar e as praças, enquanto outros mais sedentários se acomodam vendo televisão. As mulheres, por sua vez, anteriormente dedicadas ao ambiente doméstico trabalhando para a própria família ou para outras famílias, aderem melhor à proposta dos grupos.

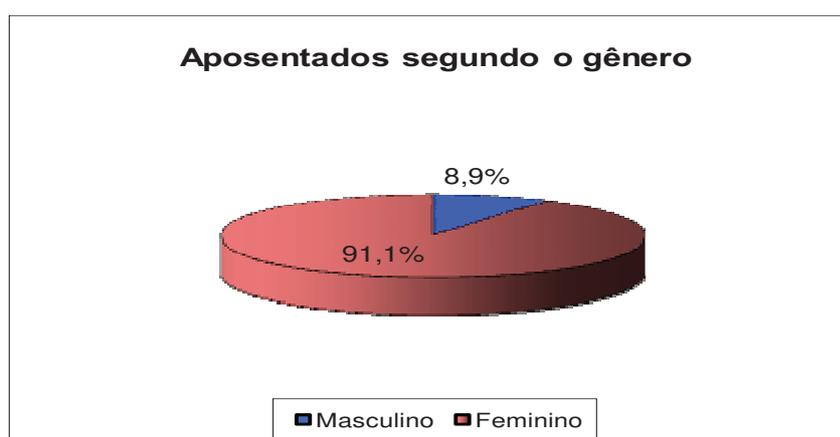


Gráfico 1 - Aposentados segundo o gênero

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Alguns autores tentam explicar a maior participação da mulher em programas e projetos destinados a aposentados e idosos, pelo fato de, na sociedade capitalista, o homem, como provedor, dedicar-se essencialmente ao trabalho, fazendo com que suas amizades ao longo da vida estejam ligadas ao mundo do trabalho. Já a mulher, mesmo desenvolvendo atividades profissionais, dedica-se à casa e a uma vida mais social que o homem, com atividades menos vinculadas ao ambiente de trabalho.

Segundo nossa experiência de acompanhamento de mulheres aposentadas e viúvas, temos observado que nessa etapa da vida, frequentemente elas se sentem liberadas das obrigações com os filhos e o marido, sendo estes outros prováveis motivos para que se vinculem mais do que os homens aos grupos de convivência, nos quais interagem, passeiam, ensinam e aprendem outras habilidades.

De acordo com Pacheco (2005), depois da aposentadoria, as mulheres se voltam ao trabalho doméstico quase sempre por inteiro, desenvolvendo-o, pois no espaço doméstico nunca se esgotam as possibilidades de atenção permanente delas. Isso explicaria porque a utilização do tempo útil na aposentadoria costuma ser menos difícil para elas do que para os homens. Tal explicação é partilhada por Rodrigues (2001).

Fenalti (2001) realizou uma pesquisa sobre os motivos da baixa participação dos homens no “Projeto da Maior Idade”, organizado pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d’Oeste, e constataram que 6% deles participariam do projeto, caso a esposa os acompanhasse e observa.

Outra pesquisa realizada em 2003, sobre a participação de pessoas idosas em Universidades Abertas à Terceira Idade, mostrou que acompanhar a esposa a tais atividades funciona como fator motivador da participação masculina, sendo que as mulheres não precisam desse tipo de motivação. Esta constatação seria um dos fatores que explicam a maior participação das mulheres em programas e projetos similares (FENALTI; SCHWARTZ, 2003).

Em relação à idade dos aposentados e pensionistas que responderam os questionários, os resultados estão distribuídos a seguir no gráfico 2 e no quadro 1.

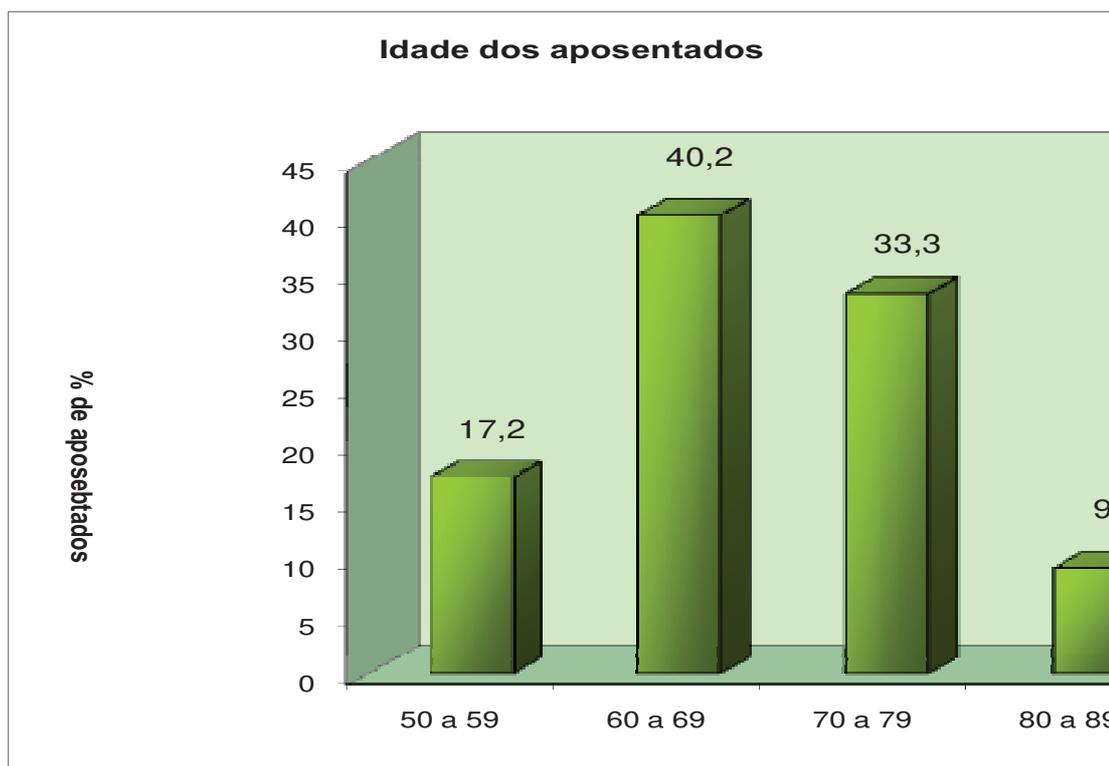


Gráfico 2 – Idade dos aposentados

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Quadro 1 - Idade mínima, máxima e média dos aposentados e pensionistas

Idade mínima, máxima e média dos aposentados e pensionistas			
Mínima	Máxima	Média	Desvio padrão
52	88	67,8	8,3
N = 87			
Ausência de resposta = 3			

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os dados do gráfico 2 mostram que os aposentados e pensionistas se encontravam predominantemente na faixa etária de 60 a 69 anos (40,2%), seguindo-se os da faixas 70 a 79 anos (33,3%), 50 a 59 anos (17,2%) e 80 a 89 anos (9,2%). Já a idade mínima foi de 52 anos, a máxima de 88 anos e a média de idade foi de 67,8 anos, embora ressaltando que três pessoas não responderam a essa questão (Quadro 1).

A distribuição dos aposentados e pensionistas que foi encontrada é compreensível. A menor concentração da faixa de 80 a 89 anos é explicada porque

com o avançar da idade a maioria das pessoas têm maior dificuldade de mobilização, além de outras limitações o que faz com que permaneçam mais em casa. O percentual não muito elevado encontrado na faixa de 50 a 59 anos (17,2%), também era esperado, tendo em vista que pelas regras previdenciárias hoje vigentes no Brasil, muito poucas pessoas conseguem se aposentar antes do 60 anos de idade. Por outro lado, a média de idade encontrada (67,8 anos) indica que o PAI é frequentado predominantemente por pessoas ainda com bastante energia e disposição para o desenvolvimento de diversas atividades.

Quanto ao estado civil dos aposentados e pensionistas encontramos 36,7% casados, 25,6% viúvos, 25,6% solteiros, 11,1% separados ou divorciados e somente 1,1% em união consensual (tabela 1).

Tabela 1 - Aposentados e pensionistas segundo o estado civil

Estado civil	N	%
Casado(a)	33	36,7
Viúvo(a)	23	25,6
Solteiro(a)	23	25,6
Separado(a)	10	11,1
União consensual	1	1,1
Total	90	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os dados acima indicam que a maioria (62,3%) das pessoas que frequentam o PAI já perdeu ou não conseguiram manter o vínculo afetivo com parceiro do sexo oposto, podendo este fato explicar, em parte, porque eles têm se mantido vinculados às atividades do programa, ou seja, para suprir a sensação de solidão decorrente da ausência de parceiro. A condição civil predominante encontrada vai ter implicações diretas sobre quem se responsabiliza pelo sustento da casa, conforme veremos mais adiante.

Por outro lado a busca pelos grupos por parte das mulheres pode estar vinculadas á liberação das obrigações com o casamento e o cuidado com os filhos. Portanto na aposentadoria elas podem interagir, passear, conhecer novas pessoas, etc.

Com relação à tabela 2, encontramos que 28,9% moram com a família, ou seja, com esposo(a) e filhos(as), 16,7% apenas com o esposo(a), 15,6% apenas os filhos, 20,0% moram sozinhos, 8,8% moram com a mãe, irmã ou com sobrinhos e 7,8% moram com a secretária do lar. Tais dados mostram que, a despeito da maioria dos sujeitos serem separados, viúvos ou solteiros, apenas uma minoria (27,8%) moram sozinhos ou com pessoas que não são da família.

Tabela 2 - Com quem mora os aposentados e pensionistas

Com quem mora	N	%
Família	26	28,9
Empregada doméstica	7	7,8
Esposo(a)	15	16,7
Só	18	20,0
O(s) filhos(s)	14	15,6
Sobrinho	1	1,1
Irmã	4	4,4
Mãe	3	3,3
Total	88	97,8
Ausência de resposta	2	2,2
Total	90	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

No que se refere ao sustento da casa (tabela 3), na maioria dos casos (61,6%) são os próprios aposentados e pensionistas que assumem tal responsabilidade. Este dado é ainda mais significativo quando se constata que mais de 20,9% deles dividem tal responsabilidade com o parceiro, filhos ou com a genitora.

Tabela 3 - Aposentados e pensionistas segundo quem é o responsável pelo sustento da casa

Responsável	N	%	% de casos válidos
Casal	16	17,8	18,6
O(a) entrevistado(a)	53	58,9	61,6
Esposo(a)	10	11,1	11,6
Entrevistado(a) e filho(s)/mãe	2	2,2	2,3
Filha e neta	1	1,1	1,2
Genro	3	3,3	3,5
Irmã	1	1,1	1,2
Total	86	95,6	100,0
Ausência de resposta	4	4,4	-
Total	90	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Sendo assim, no presente estudo ficou constatado o que algumas estatísticas vêm mostrando. A participação financeira dos idosos representa mais de 50% da renda domiciliar, sendo esta situação ainda mais expressiva no Nordeste (PNAD, 2007).

Tabela 4 - Aposentados e pensionistas segundo a religião

Religião	N	%	% de casos válidos
Católica	79	87,8	90,8
Evangélica	5	5,6	5,7
Testemunha de Jeová	2	2,2	2,3
Espírita	1	1,1	1,1
Total	87	96,7	100,0
Ausência de resposta	3	3,3	-
Total	90	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os dados da tabela 4 mostram que a grande maioria dos sujeitos é católica (90,8%) e que o percentual de evangélicos e de outras religiões não chega a somar 10%. Este resultado não é surpreendente, uma vez que a maioria da população brasileira é católica.

Quanto à naturalidade (tabela 5), a maioria dos aposentados e pensionistas é de municípios do interior do Ceará (55,8%), mas um percentual bastante significativo (34,9%) nasceram em Fortaleza. Somente 9,3% dos aposentados que responderam a essa questão nasceram em outros estados.

Tabela 5 - Aposentados e pensionistas segundo a naturalidade

Naturalidade	N	%	% de casos válidos
Fortaleza	30	33,3	34,9
Municípios do Interior do Ceará	48	53,3	55,8
Municípios de Outro Estado	8	8,9	9,3
Total	86	95,6	100,0
Ausência de resposta	4	4,4	-
Total	90	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os resultados acima mostram que a cidade de Fortaleza continua a exercer forte atração sobre as pessoas que nascem em outros municípios, tendo em vista as maiores oportunidades de trabalho, educação e a presença de grande número de instituições prestadoras de assistência à saúde nos mais diversos níveis de complexidade. Também fica evidente que o Ceará não é um pólo importante de atração para pessoas provenientes de outros estados da federação.

Com relação ao nível de escolaridade (tabela 6), encontramos 12,2% dos aposentados e pensionistas com escolaridade de nível fundamental, 17,8% de nível médio, 47,8% com nível superior completo e 20,0% com pós-graduação. Enfatizamos que outro dado obtido na pesquisa apontou que 60,3% dos sujeitos aposentaram como professores. É importante fazer este destaque, tendo em vista que nas décadas recentes tem havido todo um incentivo para que todos os professores, mesmo os do ensino fundamental tenham escolaridade universitária.

Portanto, as pessoas que efetivamente frequentam as atividades do PAI têm escolaridade muito superior à média da população brasileira. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2008, a população no Brasil está assim distribuída em relação à escolaridade: 32.787.000 (59,17%) pessoas de nível fundamental,

9.776.000 (17,64%) de nível médio, 6.258.000 (11,29%) de nível superior, incluindo os que têm pós-graduação (IBGE, 2008)

Tabela 6 - Aposentados e pensionistas segundo o nível de escolaridade

Nível de escolaridade	N	%
Fundamental completo	9	10,0
Fundamental Incompleto	2	2,2
Ensino médio completo	9	10,0
Ensino médio incompleto	7	7,8
Superior completo	43	47,8
Superior incompleto	2	2,2
Pós-graduação	18	20,0
Total	90	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

No quadro 2 consta que alguns dos aposentados começaram a trabalhar ainda com 14 anos de idade. Isto é compreensível tendo em vista que a maioria deles tem entre 60 e 79 anos de idade e quando eram crianças ainda não havia a proibição formal de trabalharem, o que ocorreu desde 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que proíbe qualquer trabalho para menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendizes, a partir dos 14 anos (BRASIL, 1990).

Quadro 2 - Aposentados e pensionistas segundo a idade em que começaram a trabalhar

Aposentados e pensionistas segundo a idade em que começaram a trabalhar			
Mínima	Máxima	Média	Desvio padrão
14	46	21,2	5,5
N = 83			
Ausência de resposta = 7			

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Para o grupo de 67 aposentados e pensionistas que declararam a idade em que começaram a trabalhar e a idade em que se aposentaram, a média de tempo de trabalho foi 32,3 anos com desvio padrão de aproximadamente 7 anos

(quadro 3). A disparidade entre o tempo mínimo e o tempo máximo trabalhado, respectivamente 20 e 53 anos é compreensível quando são retomados os dados do quadro anterior: entre os que trabalharam menos anos estão incluídos os que começaram a trabalhar tardiamente e também os que se aposentaram proporcionalmente ou por motivo de doença; entre os que trabalharam mais anos estão incluídos os que começaram a trabalhar com 14 anos.

Quadro 3 - Aposentados e pensionistas segundo o tempo de trabalho cumprido antes de se aposentarem

Aposentados e pensionistas segundo o tempo de trabalho cumprido antes de se aposentarem			
Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
20	53	32,9	6,9
N = 67			
Ausência de resposta = 23			

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os dados da tabela 7 mostram que a grande maioria dos sujeitos (74,4%) se aposentou por tempo de serviço, 14,4% tiveram aposentadoria proporcional; 2,25 assinalaram que se aposentaram por tempo de serviço e proporcionalmente porque tiveram dois vínculos empregatícios; 6,7% se aposentaram por doença e 2,2% dos sujeitos eram apenas pensionistas.

Tabela 7 - Motivo da aposentadoria

Motivo	N	%
Tempo de serviço	67	74,4
Proporcional	13	14,4
Doença	6	6,7
Pensionista	2	2,2
Tempo de serviço e proporcional	2	2,2
Total	90	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Quanto à renda bruta mensal dos aposentados e pensionistas, a mínima foi de R\$ 465,00 e a máxima foi de R\$ 22.000,00, sendo a média correspondente a R\$ 3.501,20, com um desvio padrão de R\$ 3.373,70 (quadro 4).

Quadro 4 - Renda bruta mensal dos aposentados (R\$)

Renda bruta mensal dos aposentados (R\$)			
Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
465	22.000	3.501,2	3.373,7
N = 74			
Ausência de resposta = 16			

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os dados acima se complementam com os da tabela - 8 que contém a renda bruta mensal dos aposentados e pensionistas por salários mínimos (SM), com os seguintes resultados: 29,8% dos aposentados e pensionistas recebem entre 1 e 4 SM e 70,1% recebem entre 5 e mais de 12 SM.

Tabela 8 - Renda bruta mensal dos aposentados e pensionistas em salários mínimos (SM)

Faixa de renda (SM)	N	%	% de casos válidos
1 a 2 SM	7	7,8	9,5
Mais de 2 a 4 SM	15	16,7	20,3
Mais de 4 a 6 SM	15	16,7	20,3
Mais de 6 a 8 SM	13	14,4	17,6
Mais de 8 a 10 SM	10	11,1	13,5
Mais de 10 a 12 SM	3	3,3	4,1
Mais de 12 SM	11	12,2	14,9
Total	74	82,2	100,0
Ausência de resposta	16	17,8	-
Total	90	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os dados da tabela 8 mostram que 17,8% dos sujeitos não responderam a questão sobre a renda bruta mensal que recebiam. Mas, pelos demais dados da mesma tabela fica claro que a renda bruta mensal dos aposentados e pensionistas que frequentam o PAI é bastante superior aos valores médios recebidos pelos trabalhadores brasileiros, cuja média de rendimentos é de R\$ 701,00 (IBGE, 2008).

Em reforço a essa condição diferenciada dos sujeitos da pesquisa, vale acrescentar que outros dados obtidos mostraram que 91,1% deles possuem casa própria, contra 6,7% que moram em casa alugada e 2,2% em casa cedida.

6.2.1 Opinião Sobre o PAI

Mais adiante estaremos analisando os discursos de alguns entrevistados onde eles aprofundam-se na avaliação do PAI. Mesmo assim, obtivemos em uma perspectiva mais ampliada, embora quantitativa, a apreciação dos que compuseram a amostra sobre o programa. É o que passamos a analisar neste tópico.

Segundo o gráfico 3 a maior parte dos aposentados e pensionistas (73,4% ou N = 66) tomou conhecimento do PAI através dos amigos ou dos familiares (14,4% ou N = 13) e apenas uma minoria (12,2% ou N = 11) tomou conhecimento através de outros meios, onde poderiam estar incluídas estratégias de divulgação mais estruturada. A ausência de estratégias de divulgação para um público mais amplo certamente está relacionada com as limitações e instabilidade do PAI, já referidas anteriormente. Sendo assim, se não há certeza do montante de recursos disponíveis não seria sensato divulgar o programa para um público maior. Neste caso específico é a chamada propaganda de boca em boca que tem funcionado.

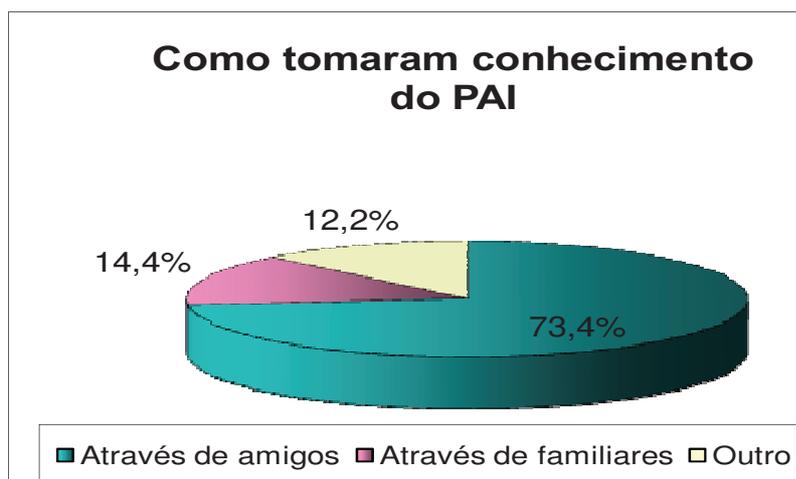


Gráfico 3 - Como tomaram conhecimento do PAI

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Procuramos conhecer que rotina os aposentados e pensionistas tinham antes da participação no PAI e obtivemos o seguinte: 24,4% responderam que ficavam em casa, 31,1% afirmaram que saiam com amigos, 87,77% participavam de atividades diversas, 18,88% trabalhavam e 3,33% deixaram de responder (tabela 9).

Tabela 9 - Tipo de rotina dos aposentados e pensionistas antes de participarem do PAI

Rotina	Respostas afirmativas		% de respostas (*)
	N	%	
Ficavam em casa	22	14,8%	24,4%
Saiam com amigos	28	18,8%	31,1%
Participavam de atividades	79	53,0%	87,77%
Trabalhavam	17	12,0%	18,88%
Ausência de resposta	03	2,0%	3,33%
Total	149	100,0%	165,38%

(*) Para cada rotina. O percentual calculado sobre o total de entrevistado (N = 90)

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Fica constatado, então, que a maioria dos aposentados e pensionistas que fizeram parte da amostra desta pesquisa possuía uma vida relativamente ativa antes de se integrarem ao PAI, excluindo-se apenas os 24,4% que tinham como

rotina ficar em casa. Estes resultados se confirmaram quando da realização das entrevistas, conforme veremos no tópico seguinte.

É importante ressaltar que possivelmente o PAI tenha sido mais benéfico para os 24,4% que antes costumavam permanecer em casa.



Gráfico 4 - O PAI provocou mudanças em sua vida?

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Apenas poucos aposentados (9,1%) responderam que o PAI não provocou mudanças em suas vidas contra 90,9% que responderam afirmativamente (gráfico 4).

Ressaltamos que esta apreciação positiva sobre o PAI se confirmou quando da realização das entrevistas, cujos discursos serão analisados em outro tópico.

Sobre as mudanças provocadas pelo PAI na vida dos aposentados e pensionistas, as respostas mais frequentes foram: melhoria da qualidade de vida (19,1%), melhoria do convívio e relacionamento com as pessoas (16,2%), aumento da quantidade de amigos inclusive por causa da internet (16,2%), aumento do conhecimento (inclusive de informática) e da quantidade de amigos (16,2%), aumento da prática de atividades físicas (14,7%), aumento das atividades físicas e do número de amigos (7,4%) e mais diversão e momentos de alegria (5,9 %) (Tabela 10). Examinando-se todas as mudanças citadas é possível constatar que a referência ao aumento das amizades, relacionamentos e melhoria da convivência com as pessoas foram termos que se repetiram, bem como foi elevado percentual referente à melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, para os sujeitos, o

resultado mais significativo que o PAI tem lhes trazido é a melhoria do que eles denominam qualidade de vida.

Tabela 10 - Tipos de mudanças provocadas pelo PAI na vida dos aposentados

Tipo de mudança	N	%	% de casos válidos
Voltou a dançar	1	1,3	1,5
Melhorou o convívio e relacionamento com as pessoas	11	13,8	16,2
Teve um aumento de atividades físicas	10	12,5	14,7
Aumentou a quantidade de amigos, inclusive por causa da internet	11	13,8	16,2
Teve um aumento de atividades físicas e de amigos	5	6,3	7,4
Melhorou a qualidade de vida	13	16,3	19,1
Tiveram oportunidades de mais diversão, momentos de alegria	4	5,0	5,9
Aumentou o conhecimento (inclusive de informática) e a quantidade de amigos	11	13,8	16,2
Perdeu a timidez	1	1,3	1,5
Diminuiu o ritmo de trabalho	1	1,3	1,5
Total	68	85,0	100,0
Ausência de resposta	12	15,0	-
Total	80	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

No gráfico 5 é possível constar que apenas 40% dos aposentados e pensionistas disseram ter sugestões sobre o PAI, enquanto a grande maioria, 60,0%, afirmaram não ter sugestões a fazer.

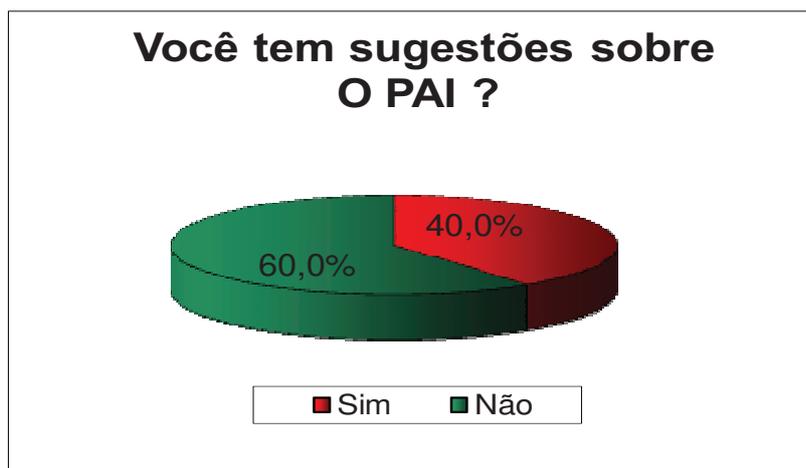


Gráfico 5 - Você tem sugestões sobre O PAI?

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Vale acrescentar que entre os que opinaram (tabela 11), as sugestões estiveram relacionadas a: limpeza e manutenção do ambiente (42,9%), número de aposentados participantes das atividades (25,7%), horário de funcionamento das atividades (22,9%), qualidade da alimentação servida em festas e eventos(20%), preços cobrados pelas atividades oferecidas (17,1%), qualificação e didática dos facilitadores (2,9%), atendimento prestado pela equipe (2,9%) e desempenho da coordenação (2,9%). A conotação dessas sugestões fica mais clara após o detalhamento que fazemos a seguir.

Destacamos que três itens foram sugeridos uma única vez: à coordenação foi sugerido contratar pessoas mais qualificadas; necessidade de mais apoio da SEPLAG à equipe lotada no PAI; os facilitadores devem melhorar a didática utilizada nas aulas repetindo mais para propiciar maior aproveitamento. A incidência mínima de sugestões para esses itens indica a satisfação dos beneficiários do PAI em relação a eles, mas também que eles percebem a necessidade de maior apoio institucional para que sua equipe possa realizar melhor o que propõe.

Em relação ao horário de funcionamento houve 08 (oito) sugestões abrangendo: mudanças nos horários de algumas atividades; ampliação do horário das danças; algumas atividades devem funcionar tanto pela manhã como de tarde; as atividades do período da manhã deveriam ser de 08:00 às 09:00 horas por causa do almoço; o PAI deveria ter atividades nos três turnos.

Houve 09 (nove) manifestações pela ampliação do número de beneficiários do programa e outras 06 (seis) sugestões de que as atividades fossem gratuitas ou por um preço menor para permitir a ampliação desse número.

O maior número de sugestões (quinze) esteve relacionado à limpeza e manutenção das instalações físicas onde o PAI funciona, abrangendo: aumentar o pessoal responsável pela limpeza e sua qualificação e dispor de mais material; melhorar a limpeza das cadeiras e banheiros e demais ambientes; utilizar outras estratégias como arrumar as salas no dia anterior ou no início da manhã para não atrasar as atividades e estimular a colaboração dos participantes com a limpeza dos ambientes após as atividades como uma ação de educação ambiental.

Houve 7 (sete) sugestões sobre a alimentação que é servida durante as festas e eventos promovidos pelo PAI, sendo que a frequência maior recaiu sobre a necessidade de observar princípios que garantam a oferta de alimentos saudáveis e apropriados para pessoas idosas, a despeito de uma pessoa ter sugerido oferecer salgados, refrigerantes e outros alimentos bastante calóricos.

Tabela 11 - Aposentados que afirmaram ter sugestões para o PAI segundo a categoria

Categoria	Respostas afirmativas		% de respostas (*)
	N	%	
Horário de funcionamento	8	13,1%	22,9%
Qualidade da alimentação servida em festas e eventos	7	11,5%	20,0%
Limpeza e manutenção do ambiente	15	24,6%	42,9%
Coordenação	1	1,6%	2,9%
Atendimento da equipe lotada no PAI	1	1,6%	2,9%
Número de aposentados participantes das atividades	9	14,8%	25,7%
Preços cobrados pelas atividades oferecidas	6	9,8%	17,1%
Qualificação e didática dos facilitadores	1	1,6%	2,9%
Tem outras sugestões para o PAI	13	21,3%	37,1%
Total	61	100,0%	174,3%

(*) Como a questão comportava mais de uma resposta, para cada rotina o percentual foi calculado considerando N = 90

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Na tabela 12 foram agrupadas outras sugestões que os integrantes da amostra fizeram, compreendendo 13 (treze) manifestações.

Tabela 12 - Outras sugestões sobre o PAI

Itens sugeridos	N	%
Transporte para os participantes que não têm condições de pagar a passagem	1	7,7
Membro da família poderia ter direito a participação gratuita para servir como acompanhante do aposentado	2	15,4
Ter um estacionamento próprio e adequado	2	15,4
Melhorar o estacionamento, por exemplo, liberar estacionamento do outro lado da rua	1	7,7
O curso de computação deveria ser priorizado para os funcionários do estado	1	7,7
A organização da feira deveria ser local	1	7,7
Ter uma fonoaudióloga para orientação do coral	1	7,7
Cursos de auto-estima	2	15,4
O espaço reservado para a feirinha deveria ser coberto	1	7,7
Os jardins poderiam ser reformados com a colaboração dos órgãos do governo e empresas particulares	1	7,7
Total	13	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os dados da tabela 12 trazem outras sugestões, em que vale salientar a preocupação com melhora e ampliação do estacionamento, indicando que são beneficiários proprietários de veículos e também uma melhor renda. Outro aspecto novo nesta tabela refere-se à preocupação com as pessoas que não dispõem de transporte próprio e com os que dependem de acompanhante para frequentar o programa.

Tabela 13 - Outras atividades que os aposentados gostariam que o PAI promovesse

Categoria	Respostas afirmativas		% de respostas (*)
	N	%	
Mais Atividades físicas	19	20,7%	34,5%
Mais cursos	14	15,2%	25,5%
Mais festas	9	9,8%	16,4%
Mais passeios	27	29,3%	49,1%
Outras	23	25,0%	41,8%
Total	92	100,0%	167,3%

(*) – Como a questão comportava mais de uma resposta, para cada rotina o percentual foi calculado considerando N = 90

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os resultados da tabela 13 (com múltiplas respostas) mostram que os participantes do PAI valorizam mais atividades como festas e passeios, seguidos de atividades físicas e cursos. Sendo assim, podemos afirmar que o grupo tem interesses variados que indicam a conscientização e aderência sobre a importância do uso do tempo livre e do ócio, bem como estão atentos à necessidade de preservar a própria saúde e memória, o que pode ser buscado principalmente nas atividades físicas e nos cursos.

Quando os sujeitos foram indagados se tinham reclamações a fazer sobre o PAI, o percentual de respostas afirmativas foi menor ainda do que os que fizeram sugestões, conforme está demonstrado no gráfico 6.

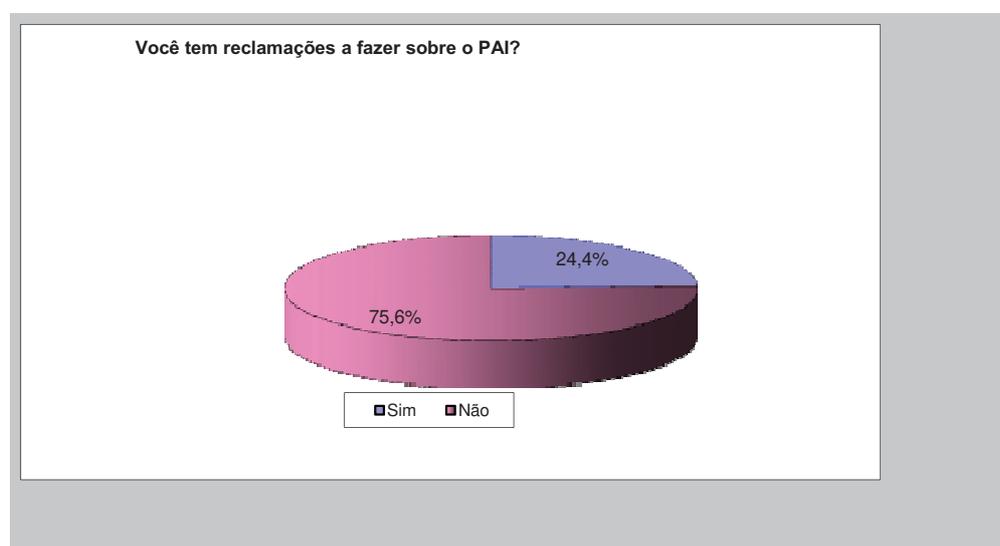


Gráfico 6 - Você tem reclamações a fazer sobre o PAI?

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Mesmo assim, apenas sete pessoas explicitaram suas reclamações, sendo que a única temática abordada foram os preços das atividades, considerados elevados, e que por isso não deveriam sofrer majorações.

6.2.2 Os Discursos

- Avaliação do PAI

Este tópico foi elaborado tomando por base as respostas obtidas por meio das entrevistas com os vinte sujeitos que participam regularmente das atividades promovidas pelo PAI.

Quando perguntamos o que as pessoas faziam antes de se inserirem nas atividades do PAI obtivemos duas categorias de respostas. A primeira delas está representada a seguir:

Nunca gostei de ficar parada, sempre fui disposta, trabalhando ou fazendo parte de algum esporte, ou participando de algum acontecimento social. [E01]

Antes a minha vida era de muitos passeios e diversões [...] e viajar. [E02]

Eu frequentava a Universidade sem Fronteiras. Eu me aposentei, mas nunca fiquei parada, nunca fiquei deitada numa rede, sempre em atividades. [E05]

Eu sempre procurei andar, fazer caminhada em companhia de um colega, e sempre procurei grupos de pessoas para ter comunicação. [E07]

Sou uma pessoa que gosto muito de movimento, eu fiz cursos aí por fora, faço pintura em porcelana, eu pinteí tecidos, gosto de fazer ginástica, então vida é muito movimentada, minha vida era assim. [E09]

Participava de algumas atividades, na área do sindicato, do conselho, que eu fui a presidente. Depois de minha aposentadoria também participei de alguns projetos sociais, mas eu tive um problema de saúde e achei que era o momento de parar, de dar alguma parada e de aproveitar para fazer algumas coisas que eu não tinha tido tempo de fazer na minha vida. [E14]

Eu já era aposentada como professora. Estou na ativa em meu consultório, então antes de frequentar o PAI eu atendia pela manhã, tarde e noite. Estava me sentindo assim, muito sobrecarregada. [E15]

Chegou a época da minha aposentadoria, eu preferi sair, porque eu tinha um sonho. Eu comecei a trabalhar com 17 anos e eu queria parar realmente aos 55 anos, porque eu queria viver o outro lado da minha vida. [E17]

Sempre gostei muito de me comunicar [...], não paro de jeito nenhum, leio meu jornal todo dia, assisto televisão [...] sou muito dedicado a família, nós fazemos parte de um movimento de Igreja, nós nos dedicamos muito, temos reunião quinzenalmente [...] a minha vida é bastante ativa, preenchida e boa. [E18]

A outra categoria de respostas está representada pelos discursos seguintes:

Eu tinha meu marido, morava no Rio de Janeiro, aí dada a violência já daquela época, minha família toda aqui e a dele também, eu resolvi vir embora [...] eu cheguei sem ter o que fazer, porque eu estava aposentada eu me aproximei do PAI [E03]

Sou aposentado, era de uma rede para outra, dentro de casa, quase entrei em depressão. Até a empregada mandava: vai para a rua dar uma voltinha, sai de dentro de casa! [E04]

A minha vida era carente, carente de uma oportunidade, carente de uma vivência maior com outras pessoas, porque logo que eu me aposentei, eu fiquei vivenciando somente o ambiente doméstico. [E10]

Eu pensava que seria uma coisa muito vazia minha vida, trinta anos de trabalho, e depois eu ia parar e ficar uma dona de casa [...]. É isso aí, eu estava com esse receio. [E12]

Fui aposentada pela compulsória [...] Então foi um baque muito grande para mim, que eu cheguei em casa chorando e disse para meu marido “meu filho o meu mundo caiu”. Eu não sabia fazer outra coisa na vida, a não ser educar. [E13]

A minha vida era uma vida de trabalho doméstico em casa, e de oração. [E16]

O primeiro grupo de discursos mostra que significativo número de pessoas vinculadas ao PAI por ocasião da pesquisa, anteriormente tinham uma vida bastante dinâmica, desenvolvendo um conjunto amplo de atividades. Como o grupo era muito ativo, de alguma encarou a aposentadoria como uma transição, envolvendo expansão, redefinição e mudança nos papéis, pois as atividades que dependem do contato com colegas de trabalho tendem a diminuir (MAGALHÃES, 2004). Para este grupo a vinculação ao PAI veio como uma complementação ao que já tinham hábito de desenvolver, como forma de realizar atividades mais prazerosas ou ainda para manter a vida social. Possivelmente essa disposição subjetiva é um dos fortes fatores que mantém essas pessoas vinculadas ao programa.

O segundo grupo de discursos que foi apresentado corresponde às pessoas para quem a aposentadoria representou, inicialmente, um período de incertezas, de inatividade e de sensação de vazio. Alguns chegaram a se sentir

deprimidos. Os papéis sociais que elas desempenhavam diretamente relacionados com os colegas de trabalho, pelo menos inicialmente, foram fortemente atingidos.

A literatura indica que tendo em vista a concepção predominante na sociedade sobre o trabalhador que se ausenta das atividades laborais, podem ser esperados desdobramentos no momento em que convergem em uma mesma pessoa o afastamento do trabalho e a velhice.

Com os sujeitos do segundo grupo de discursos ocorreu o indicado por Romanini et al. (2005), ou seja, com a aposentadoria, muitas vivências acabam ou se reduzem, entre elas o reconhecimento da sociedade que tem como referência a profissão, os compromissos, os horários e a sensação de ser útil.

Na concepção de Magalhães (2004) os efeitos disso na vida pós-aposentadoria dependerão da importância atribuída pelo sujeito a esses papéis. Tais efeitos tendem a ser mais significativos para os mais dependentes do trabalho que podem ter mais dificuldades de encontrar substitutos satisfatórios para as atividades antes desenvolvidas.

Em relação aos dois grupos de discursos é possível constatar, ainda, que em maior ou menor grau, os sujeitos se ressentiram da ausência do trabalho e de suas regras, com uma maior ou menor dificuldade de vivenciar o ócio. Muller (2003 citado por Aquino e Martins, 2007, p. 483) afirma que “a educação costuma sonegar o direito ao ócio; observa-se que as escolas tendem a preparar a criança para importância da profissão e do trabalho futuro, porém, não há orientação nesse processo para o uso adequado do ócio, um fator de vital importância para edificação de um indivíduo equilibrado”.

Para Ferrari (2002), o tempo livre é uma conquista não valorizada pelos aposentados. Acostumados ao ritmo intenso de trabalho, quando se vêem liberados, não sabem o que do tempo livre nem como utilizá-lo. Sugere reorganizar e redistribuir o tempo, continuando os projetos de vida com criatividade e energia para que a vida continue a ter significado e adquira novo ritmo, evitando a sensação de vazio.

Quando questionados quanto a possíveis mudanças em suas vidas, depois que passaram a frequentar o PAI, constatamos que todos os sujeitos, com exceção de um deles que negou a ocorrência de mudanças, admitiram ter ocorrido mudanças positivas. Os discursos abaixo representam o conjunto das mudanças por eles referidas:

Houve uma mudança muito grande, estou andando para cá, só isso é uma mudança grande, é um exercício, só a caminhada que dou para cá, eu venho a pé e volto a pé, mudou muito [...] estou mais alegre, mais integrado na vida, tenho mais vontade de viver, estou mais feliz. [E04]

Estou fazendo também *tai-chi-chuan* e danço, eu faço dança de salão, então eu acho que melhorou muito, consideravelmente, a minha vida e a minha saúde, que graças a Deus é boa. [E05]

Houve mudanças, porque eu não sabia manusear o computador, já estou no segundo ano de informática básica [...]. Agora eu faço caminhada. No dia que não tem alongamento no PAI, eu chego em casa e vou fazer meu alongamento e já estou me sentindo bem melhor, depois que estou fazendo o alongamento. [E06]

Houve e muita, porque inclusive, a gente vai se adaptando e vai aparecendo mais coisas. Você entra num curso, daí a pouco já aparece outro curso que você vai se interessando. Então você se envolve, às vezes a gente vem para cá só para se sentar e conversar, porque é um ambiente muito gostoso, uma traz uma besteirinha e a gente faz disso aqui uma extensão da casa. [E09]

Antes do PAI eu estava me sentindo isolada, minha comunicação era praticamente com a família [...]. Danço, brinco com os dançarinos. É um projeto amigo, tem a dança, o alongamento, então eu me tornei uma pessoa mais comunicativa. Eu estava entrando talvez para uma depressão pior, então eu me tornei uma pessoa melhor e o PAI me levantou. [E10]

Houve uma ampliação das amizades e solidificação de outras, houve uma transformação na minha vida para melhor. Encontrei mais sentido de viver integrada e muito mais feliz. [E13]

A principal mudança foi a consciência do seu eu, da sua maturidade, da sua identidade, de você como uma pessoa, que embora aposentada é uma pessoa que pode ainda gerar muito trabalho, muita criatividade. A participação no PAI faz com que sua auto-estima melhore. [E15]

No curso de memória muita coisa eu aprendi, muita coisa eu procuro vivenciar, houve uma melhora na minha memória. E as festas do PAI, aquele lazer, a alegria, que o PAI tem aqui, da gente conversar, trocar idéia, isso é muito bom, mudou muito. [E16]

Aqui eu me senti acolhida, protegida, me senti segura em fazer atividades que são coordenadas pelo grupo daqui. Então, a minha vida mudou em muitas coisas, tanto do lado da atividade física, como cultural, como científica, como com o encontro com as pessoas que a gente tem depois da aposentadoria, essa rede de relacionamentos que o PAI proporciona tão bem aqui. [E17]

A avaliação do PAI pelos sujeitos foi extremamente positiva, pois quase a totalidade deles referiu melhoria do que eles identificam como qualidade de vida, sempre associando as mudanças positivas à participação nas atividades do programa. Isto foi expresso pela identificação principalmente da elevação da auto-estima e da segurança pessoal, decorrentes dos benefícios gerados pelas atividades

físicas, cursos, festas e outras atividades que favorecem a integração, o sentido de pertença e a sensação de contar com uma rede de apoio.

Nesta pesquisa, aparentemente, foram confirmados os resultados de outro estudo que levantou o que motiva pessoas idosas a participarem de programas em grupos de convivência, em universidades de terceira idade e outros similares: o primeiro está relacionado a saúde, já que os médicos recomendam, ou pela conscientização dos próprios idosos sobre a necessidade de realizar atividades físicas; o segundo motivo está relacionado a aspectos psicológicos como a melhoria da autoestima e bem-estar; o terceiro refere-se a utilização do tempo livre através da prática de novas atividades que possibilitam estabelecer novas amizades (VALÉRIO, 2001 citado por FENALTI; SCHWARTZ, 2003).

Vale acrescentar que, quando perguntados acerca das atividades promovidas pelo PAI, todos os vinte sujeitos entrevistados se pronunciaram demonstrando satisfação, confirmando o que foi visto nos discursos anteriormente apresentados.

Os trechos dos discursos a seguir reforçam a avaliação positiva que os sujeitos fizeram do PAI:

Aqui tudo é bom, isso aqui é um ambiente bom, sadio, onde tem muita camaradagem, aqui não se critica ninguém, não se manga³ de ninguém, todo mundo aqui dança, requebra, faz tudo, aqui ninguém censura ninguém. [E04]

Eu vivo recomendando as pessoas que sei que são aposentadas, as pessoas que são depressivas. Eu aconselho vir para cá porque aqui você tem alegria, aconchego, tanto das amigas que fazem parte do programa como das pessoas que trabalham no PAI. [E06]

Se eu pudesse eu iria no setor onde tem todos os aposentados, para ver o nome de todos. [...] eu gostaria de fazer isso como eu fiz uma vez, procurei o nome de todos os aposentados da minha repartição para fazer um grupo e trazer aqui para o PAI. [E11]

Quando eu encontro qualquer pessoa lá na Secretaria, que diz que já está pensando em se aposentar... pois já vá pensando em entrar no PAI, assim que você se aposentar, porque lá você tem uma recepção muito boa. [E12]

Recomendei e continuo recomendando, no PAI nós não nos sentimos velhos, e sim pessoas idosas, porque “nascer é um acontecimento, viver é um risco e envelhecer é um privilégio”. [E13]

³A palavra mangar corresponde a um regionalismo utilizado no nordeste do Brasil e corresponde a zombar, escarnecer, caçoar.

Vejo aqui pessoas dançando, muito falantes e alegres. Eu indico para todas as pessoas que tiverem acesso aqui. [E15]

Eu recomendo aos aposentados do Estado que tenham interesse em ter uma vida mais social depois da aposentadoria, que tenham problemas de saúde, porque aqui tem atividades voltadas para isso e para aqueles que estão em casa sem fazer nada, porque acham que não têm espaço para gente fazer muita coisa, inclusive contribuir com o próprio programa aqui dentro mesmo. [E17]

Portanto, se as pessoas entrevistadas indicariam para outros aposentados a participação no PAI, na perspectiva delas o programa tem desempenho predominantemente satisfatório. As pessoas que efetivamente frequentam o PAI parecem satisfeitas. Isto foi ficando claro com o decorrer da pesquisa, conforme passamos a apresentar em seguida.

Dos vinte sujeitos entrevistados, oito afirmaram que não tinham sugestões a fazer sobre novas atividades a serem promovidas pelo PAI. As respostas dos demais a esse quesito são as seguintes:

Que oferecesse mais oficinas de artesanato desse tipo, com mais tempo, para que mais pessoas participem. [E01]

Para melhorar o Programa PAI, falta só um professor de português. [E04]

Minha sugestão é que sejam feitas mais atividades prazerosas, passeios, ir para o Beach Park, ir para o Museu da Cachaça, para muitos outros passeios que tem aqui, ou até mesmo conhecer a cidade da gente, a origem que nós mesmos nem sabemos. [E06]

A primeira sugestão é um maior apoio do governo, principalmente pagando os professores. Então nós temos que batalhar para conseguir verbas para os professores. Uma opção é conseguir professor do estado para vir lecionar aqui. Então uma ajuda para pagarmos menos, então essa é a minha opinião. [E08]

Que houvesse uma maior participação do aposentado nas reuniões de socialização, realizadas às terças-feiras. [E11]

A implantação de um tipo de serviço a preço mais popular, como uma massagem, acupuntura, essas coisas. [E12]

Voltar a circular o Boletim Informativo “nosso recado”, onde os próprios aposentados junto com a equipe redigiam esse importante meio de divulgação. [E13]

Eu tentaria apoio junto a algum órgão da Prefeitura ou do Estado. A aparência dos jardins aqui do PAI poderia ser melhorada. Acho que está faltando algumas linhas do planejamento estratégico. [14]

Eu acho que era preciso uma divulgação maior das atividades do PAI, porque aqui tem muitas atividades boas e eu acho que pouca gente conhece. [E17]

Sugeriria que se fizessem mais cursos e oficinas e divulgar é uma boa opção. [E20]

Nos discursos acima podemos constatar que as sugestões agruparam-se em duas categorias: as que dependem diretamente de orçamento e outras relacionadas a uma maior divulgação das atividades do PAI. Observando-se o conteúdo das sugestões, podemos constatar que nelas não estão claramente presentes críticas ao que vem sendo promovido, mas a necessidade de ampliação e divulgação das atividades para que mais pessoas possam ser beneficiadas. Mesmo que as pessoas tenham avaliado o programa de modo muito positivo, elas percebem que ele abrange um número muito limitado de aposentados e pensionistas da administração pública do Ceará.

O conjunto das sugestões, na verdade, remete à necessidade de orçamento regular e que venha a cobrir despesas outras que até o presente momento ficam por conta de voluntários que promovem atividades gratuitas e de profissionais qualificados que se responsabilizam por atividades pelas quais cobram um preço abaixo do mercado. Em tais casos são os aposentados que pagam diretamente ao facilitador, daí porque em diversas ocasiões os sujeitos falam da falta de orçamento mais amplo ou do apoio de órgãos oficiais, ou ainda, da necessidade de serem oferecidas atividades a preço mais baixo.

Sendo assim, a necessidade das pessoas vinculadas ao programa avaliado terem de arcar com despesas para pagamento de algumas atividades, pode ser uma das razões que parecem manter as pessoas de renda mais baixa fora das atividades promovidas pelo PAI.

- Autonomia e planos para o futuro

Os entrevistados foram questionados se além das atividades que frequentam no PAI, desenvolvem outras no seu dia a dia.

Eu ainda trabalho à noite, diariamente, orientando junto à gestão escolar, nos quadros diretores da escola, e também um dia por semana, eu dou assistência a uma escola da prefeitura. Além disso, visito familiares e participo de atividades sociais. [E01]

Fico em casa, gosto de viajar para Guaramiranga, Caponga e lugares próximos. Procuo ficar em casa com a mulher e vou visitar meus filhos que moram fora. [E04]

Eu cuido da minha mãe que tem 80 anos, do meu filho, que tem 15 anos, e faço parte do grupo de mulheres que tiveram câncer de mama. Todas as terças-feiras nós temos nossas reuniões e temos muitas atividades nesse grupo, comemoramos aniversários, viajamos, fazemos parte de congressos, e fazemos palestras em hospitais, nas clínicas, para que as pessoas façam o auto-exame da mama. [E06]

Faço parte de grupos que se reúnem toda semana, assim a gente se reúne, tanto socialmente, como a gente assiste os meninos numa creche. [...] tenho toda semana uma aula de pintura, uma tarde maravilhosa. Fui também chamada para fazer parte de grupos, como em um supermercado [...] Lá a gente se reúne para dizer o que está errado dentro do supermercado. [E09]

Faço revisão de monografias, faço orelhas de livros, revisão ortográfica, participo de eventos culturais e sociais. Gosto muito de cantar, ler e estar bem informada dos assuntos importantes no mundo moderno. [E13]

Eu faço tai-chi-chuan também em outro local, faço outra atividade que é o pilates, pertenço ao grupo de estudos que a gente já falou e faço inglês. [...] Outra atividade que realizo com muito prazer, é o contato com meus netos. [...] É bom cultivar esse hábito com eles. [E14]

Dedico-me à família, à casa e participo de grupo de oração. [E16]

Eu participo nos terminais de ônibus do movimento familiar cristão, porque é um movimento cristão que é muito enriquecedor, a gente estuda o evangelho, estuda textos, pode ser de revistas ou de jornais. Então eu gosto muito de ler, adoro praia, adoro viajar. [E18]

No meu dia a dia eu faço artesanatos, que é o que eu gosto muito. Visito oficinas para descobrir novos designers [...] Gosto de ver o trabalho dos outros e para perceber até onde eu posso fazer o meu. Quanto eu posso cobrar pelo meu, então eu saio muito. Tenho meus momentos de saídas para pesquisar e ver até onde eu posso ir. [E20]

Constatamos que todos eles são muito ativos e que as diversas atividades desenvolvidas são bastante relacionadas às que costumavam desenvolver antes de se aposentarem. Isso não é estranhável, tendo em vista que, como vimos anteriormente, a maioria das pessoas eram bastante ativas ao se integrarem ao PAI. Este, possivelmente é um fator que os mantém vinculados ao programa ao longo do tempo, já que inicialmente havia a manifesta necessidade de se manterem em atividade.

O conteúdo dos discursos guarda convergência com pesquisa referida no Quadro Teórico e que, uma vez aposentadas, as pessoas acham importante continuar exercendo atividades como forma de adaptação à nova rotina. Entre as preferências de atividades estão: manter-se trabalhando como opção e não como obrigação, devendo o trabalho ser mais leve e adequado à idade; ter alguma atividade para ocupar o tempo e a mente(13%); dedicar-se a cursos, projetos e trabalhos voluntários por menos horas; desenvolver atividades físicas e de lazer (NÉRI, 2007).

Os entrevistados foram questionados se enfrentam limitações que afetam as suas vidas ou se tem necessidade de ajuda para realizar atividades em sua vida diária. Poucos deles referiram alguma limitação. Abaixo os discursos das pessoas que referiram dificuldades:

Eu tenho limitações porque eu fiz uma cirurgia radical, então, eu não posso pegar mais do que 5kg. [E06]

De ajuda física ou psicológica não, no momento não preciso. Pode ser que apareça, como já apareceu em algumas ocasiões. [E12]

Não preciso, uso apenas uma bengala para me auxiliar na questão do meu reumatismo. [E13]

Eu pessoalmente não preciso dessa ajuda. Mas o Estado deveria pensar que muitas pessoas podem não vir ao PAI por falta de condições de locomoção. Dentro do funcionalismo são muitas as diferenças salariais. Embora a lei assegure ao idoso o transporte gratuito, podem enfrentar outras limitações. [E17]

Constatamos que todas as pessoas têm condições físicas para a realização das atividades de vida diária, mesmo que duas delas tenham referido limitações. Tal fato reflete que os sujeitos em referência gozam de condições satisfatórias de saúde nesse estágio da vida, o que não se constitui surpresa, tendo em vista que os resultados obtidos com os questionários mostraram que a média de

idade entre eles corresponde a 67,8 anos. Este é um importante indicador de qualidade de vida, já que a autonomia é uma condição essencial à manutenção da auto-estima. Nas palavras de Fallowfield (1990 citado por PACHECO, 2005, p. 610) "Para muitos idosos poderíamos acrescentar: sem auto-estima, sem eficácia pessoal, sem amor sem companhia, sem suporte social... Todos, mesmo os mais independentes, precisam de afeto de serem amados, valorizados de terem a sensação de estar ligados a uma rede de comunicação e de obrigações mútuas".

Quando foram perguntados diretamente sobre a existência de algum problema de saúde, mais da metade dos entrevistados responderam negativamente. Os sete que responderam afirmativamente se referiram a um ou mais dos problemas: osteoporose, reumatismo, diabetes, e hipertensão. Mesmo assim, foram enfáticos em afirmar que exercem controle médico sobre eles e que sua existência não limita a vida ativa que levam.

Vale ressaltar que todos eles avaliaram o momento da vida que atravessavam por ocasião da coleta de dados como satisfatório, embora para alguns houvesse limitações.

Eu acho que eu sou uma pessoa muito otimista e gosto de preencher minha vida ao máximo, só com ações alegres [...]. Não quero deixar espaços vazios, eu tenho que preencher; indo às igrejas, visitando alguém, estudando, refletindo. [E01]

Estou gostando da minha vida no presente momento e me sentindo participativa e produtiva. E me sinto muito bem ajudando ao próximo. [E03]

Eu sempre adorei a vida, e depois que tive o câncer de mama, agora que eu adoro a vida, porque você quando recebe o diagnóstico, você tem a sensação de morte [...]. Então eu adoro minha vida, se eu adorava, agora que eu passei a adorar muito mais a minha vida... Porque eu tenho um filho para criar e uma mãe para cuidar. [06]

Estou com 77 anos completos, e eu tenho vida ainda relativamente ativa, e eu considero que vivo muito bem, com a graça de Deus. [E08]

Sou viúva há 17 anos, mas depois de um determinado tempo, você vai se adaptando à nova vida, vão aparecendo outras coisas, você já conhece novos amores, você vai a uma festa, você dança, aí você vai preencher a vida, não tem que ficar parada. [E09]

A minha vida eu acho muito branda, muito calma, não tenho mais aquele entusiasmo [...]. Não tenho mais aquele entusiasmo, aquela juventude, que me fazia cantar, ser alegre, dar aulas, não tenho mais. [E10]

Antes eu passava, dizia nunca tinha visto isto aqui, no corre-corre. Agora eu vejo tudo, eu vejo que esta árvore está cheia de frutinhas, estão nascendo

flores, passou aqueles gatinhos ali, esse contato maior, principalmente com a natureza, e também observando as pessoas. [E12]

No presente momento acho minha vida boa, me sinto ainda produtiva [...] participo de eventos culturais e sociais e participo do Programa PAI que me faz muito bem. [E13]

A minha vida no momento eu acho que está boa, dentro das novas limitações de saúde minha e do meu marido está boa. [E14]

A minha vida no presente momento, eu considero assim que é um dos momentos mais felizes de minha vida. [E15]

Eu aprendi na vida que para melhorar, para mudar para melhor, depende muito de mim, daquilo que eu achar que eu preciso fazer, que é bom para mim, eu tenho que ser determinante naquilo que eu quero fazer. [E16]

Eu me considero feliz. Meus sonhos nunca foram só materiais, para mim importam valores como paz, harmonia e estar perto de pessoas que gosto, realmente eu sou uma pessoa muito feliz. [E17]

No presente momento eu acho que estou bem, porque problema todo mundo tem. [E20]

Os discursos mostram que os sujeitos têm consciência de algumas limitações do atual estágio da vida, mas são otimistas e qualificam como satisfatória e até feliz essa etapa que estão vivenciando. Segundo Giardino e Cardozo (2009), a aposentadoria pode ser o melhor momento da vida de alguém, já que a pessoa é responsável por delinear um estilo de vida relaxante e revigorante. Embora isso exija muita determinação e paciência, é possível ser obtido.

Ao serem perguntados quanto aos planos para o futuro, as respostas obtidas foram:

Estou pretendendo fazer um mestrado. Falta definir por qual Instituição. [E01]

O que eu penso no futuro é me divertir, passear e continuar a mesma vida que eu levo, que eu gosto muito. [E02]

Um plano de realização para o futuro aos 77 anos, eu não tenho, a intenção é ser feliz, ter saúde, administrar minha vida com lucidez. É isso. [E03]

Melhorar meu estado de saúde. [E04]

Eu vivo o hoje, porque amanhã já foi, e o futuro a Deus pertence. [E05]

A cada dia que passa eu penso em melhorar mais minha qualidade de vida, mudar meus hábitos alimentares, porque isso é muito importante, e deixar os vícios. Eu fumava muito, já deixei de fumar, depois que tive o câncer de mama. Vez por outra eu ainda tomo uma cervejinha, aí estou pensando em deixar totalmente. [E06]

Meu plano é esse mesmo, continuar aqui se Deus quiser, com saúde, continuar com minhas atividades. [E07]

O meu futuro é continuar aqui no PAI, fazer oficina, fazer curso de informática, pretendo fazer minhas viagens, continuar viajando para o exterior, ou aqui mesmo pelo o Brasil. [E08]

Meu plano para o futuro é continuar fazendo o que eu faço aqui, onde eu já frequento. [E09]

Eu não tenho mais muitos sonhos não, meus sonhos são simples, eu continuo querendo viver com a minha família, em minha casa nova. Eu queria continuar ensinando, mas já estou aposentada e agora não posso mais voltar. [E10].

É viajar, gosto de fazer viagens, e a gente conhece muita gente nas viagens. Penso muito na minha família que é pobre e precisa realizar muitas coisas, por exemplo, emprego. Eu desejo viver bem e ajudar os que me procuram. [E11]

Eu não procuro fazer muitos planos para o futuro. Eu gosto de estar no presente, eu faço planos para hoje. Hoje quando eu acordo, todo dia, eu escrevo meu plano do dia, os objetivos e a metas do dia. Quando termina o dia eu faço a minha avaliação. [E12]

O passado ficou para traz,o futuro a Deus pertence, gosto de pensar e realizar planos no presente. [E13]

Olha, para falar a verdade eu não estou pensando muito em termo de futuro. [E14]

A nível de futuro, eu considero assim, para mim a maior meta é o usufruto do que eu construí. [E15]

Meus plano para o futuro como eu falei, no próximo ano tenho planos de fazer curso de informática, dança, se possível uma língua, esse são os meus planos. Então coloco na mão de Deus, para tudo ficar bem. [E16]

Uma vida tranqüila, com muita saúde e harmonia. [E17]

O meu objetivo é procurar ter uma qualidade de vida melhor, me planejando, me programando e viajando com minha mulher. [E18]

Meus planos é pedir a Deus para ter saúde, ampliar mais os conhecimentos, ter uma melhor qualidade de vida. [E19]

Quanto aos meus planos para o futuro, pretendo viajar futuramente, por aí, ver outras coisas, que eu não conheço. [E20]

Dos vinte entrevistados todos têm algum projeto para o futuro. É certo que em muitos deles esses projetos são pouco ambiciosos, embora obedeçam à meta de se manterem saudáveis, integrados à família e realizando suas atividades rotineiras. Os planos mais ousados e elaborados incluem viagens, mudanças de

hábitos e mesmo a realização de cursos de pós-graduação e outras metas de crescimento pessoal.

A diversidade de planos aproxima os resultados desta pesquisa dos que foram obtidos por Costa (2009) em estudo realizado com beneficiários do Programa Aposenta-Ação, mantido pela Universidade Federal de Santa Catarina. Naquela pesquisa a autora identificou seis grandes categorias de projetos de futuro: de desenvolvimento pessoal; relacionados ao lazer; relacionados à saúde; financeiros; relacionados a atividades prazerosas diversas; e caracterizados pela busca por adaptação e superação das dificuldades na aposentadoria.

Segundo Costa (2009), projeto de futuro pode ser entendido como o planejamento de ações para o tempo que há de vir, sendo os desejos e trajetórias individuais marcantes em sua elaboração. Portanto, o traçado de novos projetos desse tipo requer que o tempo passado e o presente sejam objeto de reflexão por parte da pessoa. Por isso ela precisa estabelecer novas referências em atividades que preencham o vazio deixado pela centralidade que o trabalho ocupou até então em sua vida.

Pelo exposto, supõe-se que pelo fato de participarem do PAI, ambiente que supostamente oferece muitos estímulos e favorece a reflexão, os sujeitos continuam formulando e buscando concretizar projetos de futuro diversos.

6.3 Sujeitos que não Participam do PAI

6.3.1 Perfil

A tabela 14 abaixo concentra os dados colhidos por meio de entrevista e que caracterizam os oito sujeitos que são cadastrados no PAI, mas que não participam das atividades ali promovidas. Este procedimento foi adotado para verificar porque razão essas pessoas deixaram de frequentar o programa e se teriam sugestões diferentes das colhidas com os sujeitos que se mantêm vinculados.

Tabela 14 – Caracterização dos sujeitos que não participam das atividades do PAI

Variável	Frequência
Sexo	
Masculino	01
Feminino	07
Faixa Etária	
50 – 59	00
60 – 69	02
70 – 79	06
80 – 89	00
Estado civil	
Casado(a)	02
Solteiro(a)	03
Divorciado(a)	01
Separado(a)	01
Viúvo(a)	01
Filhos	
Sim	05
Não	03
Com quem mora	
Esposo e/ou filhos	03
Outros parentes	01
Sozinha	02
Empregada doméstica	02
Responsável pelo sustento da casa	
Próprio aposentado	05
Casal	01
Marido	01
Aposentado e parentes	01
Renda bruta mensal dos aposentados (salários mínimos)	
01 a 02 S/M	01
Mais de 02 a 04 S/M	04
Mais de 04 a 6 S/M	00
Mais de 6 a 8 S/M	01
Mais de 8 a 10 S/M	00
Mais de 10 a 12 S/M	00
Mais de 12 S/M	02

Fonte: Pesquisa de campo (entrevistas)

Os dados acima trazem indicações importantes sobre o perfil dos aposentados e pensionistas que não frequentam mais o Programa PAI. Sete deles são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino; seis têm 70 anos ou mais; apenas dois são casados e os demais são separados ou divorciados, solteiros ou viúvos; cinco têm filhos; metade deles mora sozinha ou com a empregada doméstica; sete colaboram ou mantêm sozinhos o sustento da casa; a metade deles (quatro) tem renda bruta mensal até quatro salários mínimos.

Na comparação do perfil dos sujeitos que não participam com o dos que participam do PAI devemos ressaltar que o número dos primeiros (oito) foi muito reduzido pelas razões já explicitadas na Metodologia. Mesmo assim, é importante enfatizar que eles são proporcionalmente mais idosos e mais solitários. Também um número maior deles é responsável pelo sustento da casa e têm renda bruta mensal inferior aos que se mantinham integrados às atividades do PAI quando foi realizada a pesquisa de campo. Tais dados parecem reforçar a idéia de que o funcionamento do PAI tem sido conduzido de tal forma que atende melhor aos interesses e necessidades dos aposentados e pensionistas com nível socioeconômico mais elevado, o que explicaria, pelo menos em parte, a avaliação tão favorável que eles fizeram do programa.

6.3.2 Os Discursos

- Conhecimento e Opinião sobre o PAI

Quando perguntados acerca de como tomaram conhecimento do PAI, seis dos oito entrevistados afirmaram ter sido por meio de familiares e amigos e dois se referiram à repartição de origem. Tais respostas, em sua essência, não diferem das respostas dos participantes do programa, mas reforçam a falta de orçamento satisfatório como um fator que contribui para que o programa seja divulgado pelo sistema boca a boca, para que não se crie demanda numerosa e que não poderia ser atendida.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a se cadastrar no PAI, os oito entrevistados argumentaram:

Para exercer um direito que tinha e pelo interesse de participar do programa. [E01]

Porque eu acho que quando a gente chega nessa fase da vida a gente nunca deve ficar dentro de casa. Antigamente a gente ficava para fazer crochê e tricô. Depois já foi evoluindo mais, o idoso foi um pouco mais lembrado, então eu nunca achei que devia ficar parada. [E02]

Porque eu estava frequentando uma atividade e gostei demais, então fiquei muito assídua. Fiz computação, participei das sessões de cinema na sexta-feira, da reunião de socialização nas terças-feiras, não perdia. Acabei com a liberdade de aposentada. [E03]

Pelo fato de ser sempre bom a gente participar de um grupo assim como o PAI e fazer amigos. Acho ótimo tanto as colegas de diversão como as pessoas que trabalham no programa. [E04]

Me cadastrei para me distrair e fazer novas amizades, usufruir dos benefícios que o PAI oferecia e ainda oferece atualmente. [E05]

Logo que eu comecei a frequentar o PAI, tomei conhecimento que tinha dentista, advogado, assistente social, então devido a esses incentivos eu me cadastrei. [E06]

Porque encontrei aqui muitos cursos interessantes, um ambiente muito agradável para o pessoal aposentado. Aqui a gente tem encontros e faz um bom grupo de amizades. [E07]

Achei assim que era útil para a gente, para minha idade, era uma terapia, ter mais conhecimento, aumentar o círculo de amizades. Aqui a gente se diverte e existe integração. Achei que aqui era um local adequado para pessoa idosa ter o que fazer, aproveitar a vida, se divertir, ter seu espaço. [E08].

Os discursos mostram que os sujeitos se cadastraram no PAI por razões menos profundas do que os que continuam vinculados ao programa. Por outro lado, eles tinham expectativas de usufruir de benefícios como atendimento odontológico, jurídico e de serviço social. Conforme referido anteriormente, o programa foi reformulado e deixou de oferecer tais serviços.

Quanto aos motivos que os levaram a não mais frequentar as atividades promovidas pelo PAI, obtivemos as respostas abaixo:

Minha filha foi estudar fora, eu precisava acompanhá-la e de repente eu tive que me afastar. [E01]

(Risos) é porque já chegaram os netos e eu sou dessas avós... dizem que tem avós que estragam os netos. Eu sou dessas que brinco, danço, e ocupo meu tempo, me dedicando aos netos. É uma das coisas que eu faço e gosto muito, então eu digo até assim, senhor não me leve não, deixe os meus netos me conhecerem, saberem que era a avó deles. [E02]

Porque além das atividades que realizo, como caminhar nas proximidades de minha residência, frequento também no meu bairro as atividades de alongamento do Projeto Bombeiro, Saúde e Sociedade. Além disso, estou sem tempo de frequentar o PAI no momento porque tenho investido o meu tempo nas atividades da Associação à qual pertencço e que oferece, academia, fisioterapia, dança de salão, curso de computação, e outras. [E03]

Não frequento mais por motivo de doença na minha família. [E04]

Por motivo de doença. Ainda estou me recuperando, mas quando ficar boa, vou fazer uma atividade compatível com as minhas condições de saúde. [E05]

O PAI quando foi criado, era muito bom, então como já falei anteriormente, tiraram algumas atividades e devido uma junção de coisas que não concordava, devido a alguns agravos resolvi me afastar do PAI. [E06]

O motivo do meu afastamento foi a família, foi muito pessoal, me ausentei para cuidar de um neto, pois minha filha e o marido tinham que trabalhar. Mas pretendo voltar com certeza. Não sei quando. [E07]

Por falta de estímulo, de incentivo, porque para eu vir sozinha fica monótono. Se tivesse um grupo próximo para eu vir, aí seria ótimo, mas não tem. Procurei vir numa Topic⁴ com um grupo, mas não tinha mais vaga, a lotação estava completa. [E08]

Os discursos têm um padrão distinto daqueles dos sujeitos que continuam vinculados ao PAI. No conjunto se referem a: necessidade de cuidar de netos para que os filhos trabalhem ou mesmo o desejo de se entregar à experiência de ser avó; participação, no próprio bairro, em atividades semelhantes às promovidas pelo programa; existência de problemas de saúde ainda não superados; falta de companhia associada com dificuldade de transporte para comparecer ao PAI; insatisfação em relação a mudanças ocorridas no programa.

Aparentemente os sujeitos que não mais participam do PAI têm mais problemas de saúde e familiares, além de receberem salários mais baixos, o que pode ter efetivamente influenciado para que se ausentassem do programa. É importante ressaltar que embora em número reduzido, entre eles houve um que verbalizou claramente insatisfações em relação às atividades do programa.

Atividades sugeridas para serem promovidas pelo PAI:

Promoção de um chá da tarde para integração e fortalecimento de amizades. [E01].

⁴ Topic é um termo usado no Ceará que tem o mesmo sentido que as “VANS” e similares, que são transportes alternativos.

Sei que estão tão diversificadas, que eu gostaria de ter tempo para acompanhar. [E02].

Não sei, porque têm tantas. [E03].

Acho que as meninas fazem as coisas tão direitinho, organização de almoços, estive recentemente no PAI e vi o cartaz do almoço. Aí resolvi ir, inclusive com minha sobrinha. [E04].

Realmente o PAI já tem muitas atividades. [E05].

Passeios é a minha sugestão. Que fosse reservada uma verbazinha para cumprimentar todos aniversariantes. Seria bom que fizessem um cartão de aniversário padrão. Essa maneira de cumprimentar, de prestigiar o aniversariante faria muita gente feliz e agradecida. [E06].

Eu gostaria que o PAI promovesse a dança flamenga. [E07].

Gostaria que o PAI promovesse uma festa dançante com o grupo de aposentados, no domingo à tarde, como no Circulo Militar, uma academia. [E08]

Observou-se, da mesma forma, que os idosos necessitam de participar dessas atividades por se sentirem sozinhos, já que referiram o lazer como fuga da solidão e mesmo como passatempo. Com isso, eles têm a oportunidade de se locomover de suas residências para encontrar diversões em locais apropriados e atrativos (DAVIM et al., 2003).

Sobre que atividades deveriam ser promovidas pelo PAI, metade dos entrevistados fez sugestões, contrariamente ao que ocorreu entre os 90 que responderam os questionários, onde apenas 40,0% das pessoas disseram ter sugestões a fazer. Os que não mais participam do PAI, fizeram sugestões menos diversificadas e menos elaboradas, havendo o predomínio de atividades de entretenimento e socialização. Segundo Davim et al. (2003) os idosos necessitam de participar dessas atividades por se sentirem sozinhos, pois o lazer pode funcionar como fuga da solidão ou mesmo como passatempo. Com isso, eles têm a oportunidade de se locomover para encontrar diversões em locais apropriados e atraentes.

Embora sejam pessoas com renda menos elevada, não houve sugestões de captação de maiores recursos públicos, de rebaixamento dos preços ou de subsídio para o transporte a fim de favorecer a participação de maior número de aposentados e pensionistas que têm dificuldade de pagar pelas atividades. Isto representa uma contradição que não ficou explicitada nesta pesquisa. Por essa

razão caberia a realização de estudo que abrangesse número mais amplo dos que não participam do programa avaliado para sanar esta e outras lacunas.

Autonomia e planos para o futuro

Questionados quanto ao que mais importa nesse período da vida obtivemos as respostas seguintes:

Melhorar a qualidade de vida, pois quando se chega aos 62 anos é muito importante pensar nisso, como somos como uma máquina que precisa de reposição. Priorizo viajar e viver bem, uma vida saudável. [E01].

Sempre procurar viver de uma maneira feliz. Sem ficar muito invocada quando as coisas acontecem. Temos que procurar viver bem com a idade que se tem, ter fé, porque a fé ajuda muito, você ter fé é muito importante. [E02].

Para mim a família é mais importante. [E03].

Eu acho o principal a saúde e peço a Deus um pouquinho mais de saúde para meus irmãos e para mim também. [E04]

É um período bom. O mais importante nesse período é a minha saúde. [E05].

Amizade acima de tudo e o contato com meus netos. [E06].

Ter saúde, paz e ser feliz com a minha família e com o meu próximo. [E07].

Saúde, paz e trabalho. Eu queria um trabalho para não ficar parada, ter uma ocupação, ter uma atividade. [E08].

A maioria dos entrevistados, cinco dos oito sujeitos, se referiu à saúde. Outros aspectos como: amizade, família e felicidade também foram relatados. Ressalte-se que esses discursos reforçam a idéia de que nesta fase os valores não materiais são bem mais importantes, priorizando-se, sentimentos e uma vida saudável.

No que se refere as atividades realizadas no dia a dia dos aposentados entrevistados, as respostas também foram as mais diversas, de acordo com os discursos que se seguem:

No momento a minha vida é assim, vivo para minha casa, minha família, vou à minha academia e para minha igreja, sou evangélica, de vez em quando vou a uma reunião social. [E01].

Eu não fico parada, faço caminhada de manhã cedo, com um casal, eu e meu esposo. Aí meu dia é todo ocupado, minhas amigas me ligam, aí preenche todo o meu dia, de manhã cedo eu assisto "sorrir para vida", não perco a canção nova que é o evangelho do dia e tem as explicações diárias. [E02]

De manhã eu caminho, moro em frente ao Lago Jacareí. Lá é uma maravilha para caminhar, caminho duas vezes por semana, lá tem os Bombeiros que fazem atividades nas terças e quintas-feiras. Aqui estou fazendo fisioterapia, pois tive um problema com uma queda. E sempre que posso viajo, gosto muito de viajar, o ano passado fiz quatro viagens. [E03]

Na minha casa eu não paro, meus arranjos todos sou eu que faço. Já estou com flores e as rosas todas prontas para o Natal. Faço tudo para não deixar minha mente parada, sempre sou eu que faço meu mercantil, vou em banco, tudo sou eu que resolvo, graças a Deus. Faço crochê, faço tricô, tapeçaria, faço tudo. Sempre estou em movimento. [E04]

O meu dia a dia é muito ocupado, vou muito para o SESC, procuro sempre ler algumas revistas sobre saúde. [E05]

Não faço nada de muita importância, assisto televisão, vejo futebol. Quando estou com vontade, faço alguns passeios de pouca duração, vou ao Dragão do Mar, vejo alguma atividade artística, apresentação de dança e teatro [...]. Minhas atividades são simples e compatíveis com a minha condição de saúde atualmente. [E06]

Me dedico à minha família, especialmente no momento, ajudando minha filha na criação de um neto, para que ela e o marido possam trabalhar. [E07]

No meu dia a dia cuido de minha mãe que tem 93 anos, faço caminhadas, palavras cruzadas, cuido também das tarefas domésticas.

No referente às atividades desenvolvidas no seu dia a dia as respostas obtidas dos entrevistados, demonstram que as pessoas se mantêm ativas e com autonomia para desenvolver as suas atividades, embora com planos vagos e menos ambiciosos que as que participam do PAI. Tal fato pode estar associado ao fato deste grupo ter um perfil com discretas diferenças, como o fato de serem mais idosos, mais solitários e com salários mais baixos, comparados ao grupo que frequenta o PAI.

Quando perguntados se necessitavam de ajuda para realizar atividades em sua vida diária, sete dos oito aposentados entrevistados, responderam não ter limitações, sendo que um referiu-se à necessidade de companhia para ir ao médico. Sendo assim, podemos afirmar que existe autonomia física e psíquica, para a grande maioria dos entrevistados, verificando-se com este grupo também o que havia sido constatado com os dois outros.

Quanto aos planos para o futuro, dos oito entrevistados, eis os discursos:

Em termos de futuro, sinceramente, está aí uma coisa que eu não planejo, eu não planejo o futuro, porque eu acho que o nosso futuro está nas mãos de Deus. [E01]

Viver bem a minha vida ao lado de minha família e com saúde. [E02]

(Risos) viver mais alguns anos aproveitando a vida e curtir meu lar, vendo meus netos crescerem. [E03]

Eu não tenho planos para o futuro. [E04]

O que eu mais gostaria para o futuro é ter minha saúde recuperada. [E05]

Não tenho planos para o futuro, vivo o presente. [E06].

Ter saúde, paz e felicidade para mim, minha família e enfim para toda humanidade. [E07]

Arranjar uma atividade para trabalhar e aumentar minha renda que é muito pequena. [E08]

Também neste aspecto evidenciaram-se diferenças em relação às pessoas que se mantêm integradas às atividades do PAI. Entre as que não participam três afirmaram não terem qualquer plano para o futuro, já os que têm planos, estes são bem mais modestos do que aqueles. Mesmo assim, há um que pretende voltar a trabalhar para aumentar a renda e os demais se concentraram em recuperar ou manter a própria saúde para viver com tranquilidade junto com os familiares.

Podemos aventar como explicação para o caráter menos elaborados dos sujeitos que não mais frequentam o PAI, tanto características identitárias que não chegamos a investigar, quanto o fato de se manterem distantes de estímulos que o próprio ambiente do programa poderia lhes oferecer.

Segundo Costa (2009) quando as pessoas não têm ações claramente definidas para colocar em prática seus projetos de futuro isso pode estar relacionado com a centralidade do trabalho na vida humana e com as dificuldades resultantes da ruptura com o ritmo de vida antes da aposentadoria.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAI foi criado no decorrer da primeira gestão do Governo Tasso Jereissati por meio do Decreto nº. 21.088 de 1990 e teria como finalidade orientar, apoiar e acompanhar o pessoal aposentado da Administração Pública Estadual, com relação aos seus direitos e benefícios, assegurar prioridade no atendimento dos diversos serviços prestados pela Administração Pública Estadual e promover sua reintegração no Mercado de Trabalho.

O programa foi mantido com essa proposta durante a gestão de Ciro Ferreira Gomes no governo do Ceará (1991-1995), mas quando Tasso Ribeiro Jereissati foi novamente eleito para o período de 1996 a 1999, processou alguns cortes. Como consequência, algumas atividades do PAI foram esvaziadas com demissões e devolução de servidores até então ali lotados no PAI aos respectivos órgãos de origem. Com a redução da equipe, as atividades ficaram centradas nas ações de integração e convivência. Apesar da reação de um grupo de aposentados, foram mantidas essas medidas administrativas, com o redirecionamento das ações do programa, da atenção inicial voltada para as áreas social, jurídica e de saúde para ações denominadas de integração e socialização. Nesta pesquisa ficou constatado que esse redirecionamento contribuiu para o afastamento de alguns beneficiários.

Em anos recentes a coordenação do PAI promoveu um seminário para elaborar proposta de reformulação do programa. Sob o argumento do aumento da demanda, o seminário apontou a necessidade de rever a estrutura organizacional do PAI e de ampliação de sua equipe.

Atualmente o PAI, mesmo ainda sendo um núcleo no organograma, deixou de ser ligado ao setor financeiro e está diretamente vinculado a titular da SEPLAG. No que diz respeito ao segundo pleito, ocorreram ganhos quanto à ampliação numérica e a diversificação das categorias profissionais, com a inserção efetiva ou temporária de técnicos da área de recursos humanos especialistas em planejamento e finanças, psicologia, informática e um regente de coral. Mesmo assim, algumas categorias profissionais continuam sem vínculo efetivo com o PAI.

Somente nos anos de 2008 e 2009 o PAI contou com orçamento mais avultado, sendo que a maior parte disso foi utilizada para desenvolver o Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria (PIPA) e o Projeto de Ações do PAI no

Interior, ambos são estratégias de ampliação do PAI, embora suas realizações ainda sejam pouco expressivas.

A despeito da coordenação do PAI vir defendendo a alocação de profissionais como enfermeiras, psicólogas e assistentes sociais, os resultados puseram em evidência a fragilidade do programa, tendo em vista que sua equipe se compõe predominantemente de pessoas sem vínculo permanente.

Outro indicador da fragilidade do programa é que além de não contar regularmente com um orçamento, só funciona efetivamente em Fortaleza, sendo que 40,91% dos aposentados e pensionistas da administração pública estadual residem no interior. A despeito dos benefícios que os sujeitos da pesquisa quase unanimemente afirmaram usufruir, a abrangência do PAI é bastante limitada já que além de estar estruturado apenas em Fortaleza, mesmo nesse município atende a um ínfimo número dos potenciais beneficiários. Além do mais, o público-alvo a que o programa se destinaria aproxima-se de 62.123 pessoas, mas em 2009 existiam 46.570 aposentados e 15.553 pensionistas da Administração Pública do Estado do Ceará. Devendo-se somar a este número parte dos 78.698 servidores ativos cuja idade média é de 48,5 anos e que podem ser considerados como aposentáveis.

São evidentes as fragilidades do PAI enquanto política pública, já que nunca teve sede própria, significativo número de atividades desenvolvidas sob a sua chancela é custeado por recursos financeiros advindos de contribuição dos aposentados e pensionistas, não há um orçamento regular a ele destinado e tem sofrido recuos importantes, ao sabor das mudanças de governo e de seus coordenadores. Além do mais, o fato da maioria de seus beneficiários tomarem conhecimento do programa pelo sistema boca a boca, é também um indicador de sua fragilidade e baixa cobertura da população que poderia ser beneficiária por ele.

Quanto ao perfil dos aposentados e pensionistas cadastrados no PAI e que responderam aos questionários, encontramos 91,1% do sexo feminino e apenas 8,9% do sexo masculino, confirmando-se dados de outras pesquisas que indicam a presença sempre diminuta dos homens em serviços de saúde ou em programas semelhantes ao que estamos avaliando. Eles se encontravam predominantemente na faixa etária de 60 a 69 anos (40,2%) e a menor concentração deles esteve na faixa de 80 a 89 anos, explicada porque com o avançar da idade a maioria das pessoas têm maior dificuldade de mobilização, além de outras limitações, o que faz com que permaneçam mais em casa. Por outro lado, a média de idade encontrada

(67,8 anos) indica que o PAI é frequentado predominantemente por pessoas ainda com bastante energia e disposição para o desenvolvimento de diversas atividades

Quanto ao estado civil, encontramos entre os aposentados e pensionistas vinculados ao PAI a predominância de indivíduos viúvos, solteiros ou separados/divorciados, indicando que já perderam ou não conseguiram manter o vínculo afetivo com parceiro do sexo oposto. Essa condição civil contribuiu para os resultados que mostraram serem os aposentados e pensionistas, sozinhos ou com o cônjuge, os maiores responsáveis pelo sustento da casa, comprovando estatísticas recentes. Apenas uma minoria deles mora sozinha ou com pessoas que não são da família.

As pessoas que efetivamente frequentam as atividades do PAI têm escolaridade muito superior à média da nossa população, a maioria tem renda bruta mensal bastante superior aos valores médios recebidos pelos trabalhadores brasileiros, além de possuírem casa própria.

A maioria dos aposentados e pensionistas vinculados ao PAI ressaltou que o programa provocou mudanças positivas em suas vidas, nominando melhoria da qualidade de vida, do convívio e relacionamento com as pessoas, aumento da quantidade de amigos, aumento do conhecimento, aumento da prática de atividades físicas, mais diversão e momentos de alegria. Aumento das amizades, relacionamentos e melhoria da convivência com as pessoas foram termos que se repetiram bem como a referência à melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, para os sujeitos, o resultado mais significativo que o PAI tem lhes trazido é a melhoria do que eles denominam qualidade de vida.

Entre os sujeitos que fizeram sugestões para o programa apareceram: limpeza e manutenção do ambiente, ampliação do número de aposentados nas atividades, horário de funcionamento das atividades, qualidade da alimentação servida em festas e eventos, preços cobrados pelas atividades oferecidas. A incidência mínima de sugestões para o último item foi considerada como indicador a satisfação dos beneficiários em relação ao programa, mas também que eles percebem a necessidade de maior apoio institucional para que sua equipe possa realizar melhor o que propõe. Entre os que participam das atividades do PAI houve sugestões para ampliação do estacionamento, indicando a condição beneficiários proprietários de veículos e também uma melhor renda. A preocupação com o preço

das atividades apareceu neste grupo e também entre os que não mais frequentavam o programa.

Os sujeitos beneficiários avaliaram o PAI de forma extremamente positiva, s referindo melhoria do que eles identificaram como qualidade de vida. Isto foi expresso pela identificação principalmente da elevação da auto-estima e da segurança pessoal, decorrentes dos benefícios gerados pelas atividades físicas, cursos, festas e outras atividades que favorecem a integração, o sentido de pertença e a sensação de contar com uma rede de apoio.

Tal como ocorreu nas respostas obtidas com os questionários, também nas entrevistas poucos sujeitos fizeram sugestões sobre o funcionamento do programa. Os ajustes sugeridos relacionaram-se a definição de orçamento, maior número de beneficiários e divulgação das atividades. Isso mostra que, a despeito da avaliação positiva, eles percebem que o programa tem abrangência muito limitada.

Todos os sujeitos vinculados ao programa são pessoas que têm condições físicas para a realização das atividades de vida diária, mesmo que algumas tenham referido limitações. Mesmo os que referiram algum problema de saúde, foram enfáticos em afirmar que exercem controle médico sobre eles para que não limitem a vida ativa que levam. Além do mais, todos eles avaliaram o momento da vida que atravessavam por ocasião da coleta de dados como satisfatório.

Os vinte entrevistados representantes dos que continuam participando do PAI têm projetos para o futuro, mesmo o que a maioria deles sejam pouco ambiciosos.

Na comparação do perfil dos sujeitos que participam do PAI com o dos que não participam do PAI encontramos algumas discretas diferenças. Os últimos eram proporcionalmente mais idosos e mais solitários. Também um número maior deles era responsável pelo sustento da casa e tinham renda bruta mensal inferior aos que se mantinham integrados às atividades do PAI.

A despeito de termos entrevistado poucos sujeitos que não estão mais vinculados ao programa, pelo menos aparentemente o funcionamento do PAI tem sido conduzido de tal forma que atende melhor aos interesses e necessidades dos aposentados e pensionistas com nível socioeconômico mais elevado, o que explicaria, pelo menos em parte, a avaliação tão favorável que aqueles fizeram do programa.

Os que não mais participam do PAI se cadastraram no programa por razões menos profundas do que os que continuam vinculados e diferentemente destes, eles tinham expectativas de usufruir de benefícios como atendimento odontológico, jurídico e de serviço social. Como o programa foi reformulado e deixou de oferecer tais serviços, isso pode ter sido um fator que contribuiu para que se afastassem, conforme um deles expressou claramente.

Os discursos deles têm um padrão distinto daqueles dos sujeitos que continuam vinculados ao PAI e se referiram principalmente a: necessidade de cuidar de netos para que os filhos trabalhem ou mesmo o desejo de se entregar à experiência de ser avó; participação, no próprio bairro, em atividades semelhantes às promovidas pelo programa; existência de problemas de saúde ainda não superados; falta de companhia associada com dificuldade de transporte para comparecer ao PAI; insatisfação em relação a mudanças ocorridas no programa.

Aparentemente os sujeitos que não mais participam do PAI têm mais problemas de saúde e familiares, além de receberem salários mais baixos, o que pode ter efetivamente influenciado para que se ausentassem do programa. É importante ressaltar que embora em número reduzido, entre eles houve um que verbalizou claramente insatisfações em relação às atividades promovidas pelo programa. Proporcionalmente um número maior deles fez sugestões, menos diversificadas e menos elaboradas, havendo o predomínio de atividades de entretenimento e socialização. Literatura consultada indica que os idosos necessitam de participar dessas atividades por se sentirem sozinhos e o lazer funcionar como fuga da solidão ou mesmo como passatempo. Com isso, eles têm a oportunidade de se locomover para encontrar diversões em locais apropriados e atraentes.

Os sujeitos que não mais participam do PAI se mantêm ativos, a despeito de algumas limitações e mesmo que tenham mais problemas de saúde e de locomoção do que os que estão integrados ao programa. Proporcionalmente eles têm menos projetos de futuro e os que os têm são menos elaborados e voltados mais a recuperar ou manter a própria saúde para viver com tranquilidade junto com os familiares. Entre eles houve que verbalizou o projeto voltar a trabalhar para aumentar a renda mensal.

Como um dos limites desta pesquisa, tivemos algumas lacunas que permaneceram devido ao número reduzido de sujeitos que não mais participam do

PAI devido à dificuldade de localizá-los. Embora sejam pessoas com renda menos elevada, entre os entrevistados não houve sugestões de captação de maiores recursos públicos, de rebaixamento dos preços ou de subsídio para o transporte a fim de favorecer a participação de maior número de aposentados e pensionistas que têm dificuldade de pagar pelas atividades. Isto indica a necessidade de realização de estudo que abrangesse número mais amplo dos que não participam do programa avaliado para sanar esta e outras lacunas.

Nossas últimas considerações põem em evidência que o PAI é uma política pública de mínima expressão no contexto das demais, com diversas fragilidades demonstradas nesta pesquisa pela falta de orçamento regular e satisfatório, pela inexistência de uma sede própria, e por sofrer oscilações e contenções em função das mudanças dos governantes e gestores. O programa atende um número ínfimo dos potenciais beneficiários existentes na administração pública do Ceará, funciona no bairro mais nobre de Fortaleza e parece não atender aos interesses dos aposentados e pensionistas de menor renda, residentes em bairros periféricos de Fortaleza e em municípios do interior.

Tendo em vista tudo o que foi exposto, a presente dissertação será apresentada formalmente à coordenação do PAI para que sirva de subsídio e reforço à defesa que sua coordenação já vem fazendo há alguns anos para sua reformulação.

Pontos de defesa para a reformulação: o PAI passe a ser um Instituto ligado a SEPLAG, com sede própria adequada as necessidades da pessoa idosa que seja possibilitado o acesso às pessoas que residem em bairros periféricos através de ônibus confortáveis que façam uma rota para o PAI; diversificação das atividades promovidas para atender, também, os que necessitam de requalificação profissional e de aumentar a renda mensal; garantia de orçamento regular e suficiente para custear a maioria das atividades promovidas; pagamento por parte do Estado dos facilitadores não voluntários e ampliação da equipe do programa com a inclusão de profissionais como enfermeiros, fisioterapeutas e psicólogos, entre outros; criação de um conselho consultivo para o programa em que tenham assento alguns de seus beneficiários e representantes de entidades de pessoas idosas.

REFERÊNCIAS

AEROSA, V.; AEROSA, L. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. **Revista Texto & Contexto**, v. 7, n. 1, p. 138-150, jan/jun. 2008.

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação dos Serviços e Programas Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

AQUINO, B.; MARTINS, O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. VII, n. 2, p.479-500, Set. 2007.

BRASIL. Constituição. Promulgada em 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%7Ao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2010.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16/07/1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 27 jun. 2009.

_____. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 jan. 1994. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l8842.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2009.

_____. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde. **Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Disponível em <<http://www.senaaires.com.br/revistavirtual/artigos/Anexos/Art9%20-%20Anexo%205.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2009.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 3 out. 2003. Seção 1, p. 1.

_____. Portaria n. 2.528, de 19 de Outubro de 2006. **Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 out. 2006. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2528%20aprova%20a%20politica%20nacional%20de%20saude%20da%20pessoa%20idosa.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

_____. Lei n. 12.213 de 20/01/2010. **Institui o Fundo Nacional do Idoso**. E autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a

Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília: Senado Federal, 2010.

BULLA, L. C.; KAEFER. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos e Contextos.**, ano II, n.2, p. 34-46, 2003.

CABEZA, M. C. Más allá del trabajo: el ocio de los jubilados. **Revista Mal-Estar e Subjetividade.**, v. IX, n.1, p.13-42, 2009.

CAMARANO, A. A.; PASIANTO, T. O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. In: **Os Novos Idosos Brasileiros, Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CARLOS, S. A.; JACQUES, M. G. C.; LARRATEA, S. V.; HEREDIA, O. C. Identidade, Aposentadoria e Terceira Idade. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento.** Porto Alegre, v.1, p. 77-88, 1999.

CEARÁ. Decreto Nº. 210 de novembro 1988 da Secretaria de Administração. Cria o Programa de Ação Integrada para o Aposentado – PAI. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza: SA, 1988.

_____. Decreto n. 21.088 de 22 de novembro de 1990 da Secretaria de Planejamento e Secretaria de Administração. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza: SPSA, 1990.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará / Programa de Ação Integrada para o Aposentado. **Relatório de ações Estratégicas do PAI, 2006.** Fortaleza: SPLAG, 2006a.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará / Programa de Ação Integrada para o Aposentado. **Relatório de Planejamento do Programa de Ação Integrada para o Aposentado/PAI.** Fortaleza: SPLAG, 2006b.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará / Programa de Ação Integrada para o Aposentado. **Relatório das Ações Sócio-Educativas e Culturais – PAI.** Fortaleza: SPLAG, 2008.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará / Programa de Ação Integrada para o Aposentado. **Relatório de Acompanhamento de Metas Institucionais.** Fortaleza, Ce., 2009a.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará / Programa de Ação Integrada para o Aposentado. **Proposta de Reestruturação do Programa de Ação Integrada para o Aposentado – PAI.** Fortaleza: SPLAG, 2009b.

_____. Secretaria de Administração. **Relatório PAI – PIPA 2008/2009.** Fortaleza: SPLAG, 2009c.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará / Programa de Ação Integrada para o Aposentado. **Relatório de ações Executadas/PAI - 2008-2009**. Fortaleza: SPLAG, 2009d.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. **Sistema Folha de Pagamento**. Fortaleza: SPLAG, 2009e.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará /Coordenadoria de Gestão Previdenciária do Estado do Ceará. **Estatísticas Descritivas do Cadastro Consolidado do SUPSEC**, Fortaleza: SPLAG, 2009f.

COHEN, E. **Avaliação de Projetos Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. Brasília- DF, 23-26 maio 2006. **Anais da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa**. - RENADI. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, 2006.

CORDEIRO, D. S. A. Lugares de velhos pobres em grupos de convivência no nordeste brasileiro. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Lisboa, 2008. **Anais...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/764.pdf> Acesso em: 24 jul. 2010.

COSTA, A. B. **Projetos futuros de aposentadoria**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

COUTRIM, R. M. E. Se parar de trabalhar eu morro: o lugar do trabalho na vida de idosos que participam do mercado informal. **Revista Kairós**, v.9, n.1, p.85-105, 2006.

D'ALENCAR, R. S.; CAMPOS, J. B. Velhice e trabalho: a informalidade como (re) aproveitamento do descartado. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, v. 10, p. 29-43, 2006.

DAVIM, R. M. B. et al. O lazer diário como fator de qualidade de vida: o que pensa um grupo da terceira idade. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 2, n. 1, p.19-24, 2003.

DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Estúdio Nobel/SESC, 1994.

FENALTI, R. C. S., SCHWARTZ, G. M. Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de ressignificação do lazer. **Revista Paulista de Educação Física**, v.17, n.2, p.131-141, 2003.

FENALTI, R. C. S. Universidade aberta à terceira idade: uma perspectiva no âmbito do lazer. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001,

Caxambu. **Anais...** Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001. 1 CD.

FERRARI, M. A. C. Lazer e Ocupação do Tempo Livre na Terceira Idade. In: Netto, Matheus Papaléo. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. As aposentadorias e pensões e a concentração dos rendimentos domiciliares *per capita* no Brasil e na sua área rural: 1981 a 2003. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, p. 985-1.011, dez. 2007.

FERREIRA, C. R. Aposentadorias e distribuição de renda no Brasil: uma nota sobre o período 1981 a 2001. **RBE**, v. 60, p. 247-260, jul/set., 2006.

FONTE, I. B. da. Diretrizes internacionais para o envelhecimento e suas conseqüências no conceito de velhice. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, Minas Gerais, 2002. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

GIARDINO, A.; CARDOSO, S. **O melhor vem depois: desvendando o enigma da longevidade**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HERDY, Thais. **Destaques: ONU alerta sobre o envelhecimento da população mundial**. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Alerta_ONU.php>. Acesso em: 16 mai. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População residente por religião, sexo, situação do domicílio e grupos de idade 1991-2000**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=7&i=P&c=2103>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estudos & Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 9, **Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRAGEM POR DOMICÍLIOS (IBGE / PNAD). Estudos & Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 23. **Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRAGEM POR DOMICÍLIOS (IBGE / PNAD). Estudos & Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 29. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MAGALHÃES, M. de O. et al. Padrões de ajustamento na aposentadoria. **Aletheia**, n.19, p.57-68, Jun., 2004.

MARANHÃO. SEAPS/SASS/PAI. **Relatório Anual de Atividades do PAI no Maranhão**. São Luis: SEAPS/SASS/PAI, 2009.

MARQUES, Z. P. **Homens idosos aposentados e suas redes sociais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MILANI, S. R. C. O “Princípio Participativo” na Formulação de Políticas Públicas Locais: Análise Comparativa de Experiências Europeias e Latino-Americanas. In: XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2005.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MORAGAS, R. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.

NÉRI, A. L. **Idosos do Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: SESC-SP/FPA, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Plano de ação internacional para o envelhecimento, 2002**. Trad. Arlene Santos. Brasília (DF): Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Active Ageing: a policy framework (Envelhecimento Ativo: uma política de saúde)**. 2002. Disponível em: <<http://www.who.int/ageing/publications/active/en>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

PACHECO, J. L. **Elos refeitos: aposentados contam e refazem suas trajetórias de vida**. Campinas: UNICAMP/CMU, 2005.

PASCHOAL, S. M. P. Desafios da Longevidade: qualidade de vida. **Revista O Mundo da Saúde**, v. 29, n. 4, p. 608-611, 2005.

PERES, M. A. de Castro. Velhice, Política e Autonomia: O movimento social do idoso e as políticas da terceira idade no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.26, p.144-159, jun. 2007.

PRADO, T. M. B. do. **Participação: um estudo sobre idosos**. 2006. Dissertação (Mestrado em políticas Sociais). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

RODRIGUES, Carlos Lima. Homem de Pijama: o imaginário masculino em relação a aposentadoria. **Revista Kairós**, v. 4, n. 2, p. 69-82, dez. 2001

RODRIGUES, M. et al. A Preparação para a Aposentadoria: o papel do psicólogo frente à essa questão. **Revista Brasileira Orientação Profissional**. v. 6, n. 1, p. 53-62, jun. 2005.

ROMANINI, D. P. et al. 2005. Aposentadoria: período de transformações e preparação. **Revista Gestão Industrial**. v. 01, nº 03: PP. 376-384, 2005.

SOARES, D. H. P. et al. APOSENTA-AÇÃO: Programa de Preparação para a Aposentadoria. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, v.12, p.143-161, 2007.

APÊNDICE 1

Questionário para aposentados que participam do PAI

Código do sujeito na Pesquisa: _____

A. Informações sobre o sujeito

1. 1. Sexo: M() F()
2. Idade: _____ anos
3. Estado civil: Casado ()
Viúvo ()
Solteiro ()
Separado ()
União consensual ()
4. Tem filhos? Sim () Não()
5. Com quem mora? _____
6. Qual a pessoa que é responsável pelo sustento da casa? _____
7. Religião: _____
8. Naturalidade [município e estado]: _____
9. Nível de escolaridade: Analfabeto ()
Ensino Fundamental: completo () incompleto ()
Ensino Médio: completo () incompleto ()
Ensino Superior: completo () incompleto ()
Outro: _____
10. Profissão: _____
11. Com quantos anos começou a trabalhar? _____ anos
12. Em que ano se aposentou? _____ Que idade tinha? _____
13. Motivo da aposentadoria: Tempo de serviço ()
Proporcional ()
Doença ()
14. Renda bruta atual [anotar valor em reais]: _____
15. Moradia: Própria () Alugada () Cedida ()
Outra: _____

B. Opinião sobre o PAI:

1. Como você tomou conhecimento do PAI?

Amigos () Familiares()

Outro _____

2. Como era sua rotina antes de frequentar o PAI?

Ficava em casa ()

Saía com amigos ()

Participava de atividades ()

Outro - especificar o que fazia

3. Sua vida mudou depois que começou a participar do PAI?

Sim () Não () Qual Mudança: _____

4. Você tem reclamações ou sugestões sobre o PAI?

Sim () Não()

5. Se sim, as sugestões são relacionadas a que?

Horários de funcionamento ()

Qualidade da alimentação servida em festas e eventos ()

Limpeza e manutenção do ambiente: () Coordenação ()

Atendimento da equipe lotada no PAI()

Número de aposentados que participam das atividades ()

Preço cobrado pelas atividades remuneradas ()

Qualificação e didática dos facilitadores ()

Outros-especificar:

6. Você tem reclamações sobre o PAI?

Horários de funcionamento ()

Qualidade da alimentação servida em festas e eventos ()

Limpeza e manutenção do ambiente: () Coordenação ()

Atendimento da equipe lotada no PAI()

Número de aposentados que participam das atividades ()

Preço cobrado pelas atividades remuneradas ()

Qualificação e didática dos facilitadores ()

Outros-especificar:

7. Que outras atividades você gostaria que o PAI promovesse?

Mais atividades físicas () Mais cursos () mais festas ()

Mais passeios () outras () Especificar _____

APÊNDICE 2

Roteiro de entrevista para aposentados que frequentam o PAI

Código do sujeito na Pesquisa: _____

1. Fale da sua vida antes de frequentar o PAI.
2. Qual sua opinião sobre as atividades promovidas pelo PAI?
3. Que sugestões você daria para melhorar o Programa?
4. Além das atividades que frequenta no PAI, o que mais você faz no seu dia a dia?
5. Você recomendaria a participação no programa aos amigos aposentados?
Por quê?
6. Houve alguma mudança em sua vida depois que passou a frequentar o PAI?
Em que?
7. Quais os seus planos para o futuro?
8. O que você acha de sua vida no presente momento?
9. Você necessita de ajuda para realizar atividades em sua vida diária? Que tipo de ajuda e para que?
10. Você tem algum problema de saúde? Qual?
11. Gostaria de acrescentar mais algum comentário?

APÊNDICE 3

Roteiro de Entrevista para aposentados que não frequentam o PAI?

Código do sujeito na Pesquisa: _____

A. Dados Pessoais

1. Sexo: M () F ()
2. Idade: _____ anos
3. Estado civil: _____
4. Tem filhos? Sim () Não ()
5. Com quem mora? _____
6. Qual a pessoa que é responsável pelo sustento da casa? _____
7. Profissão: _____
8. Renda bruta atual (anotar valor em reais) _____.

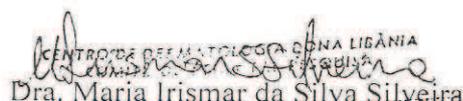
B. Opinião sobre o PAI:

1. Como você tomou conhecimento do PAI?
Amigos () Familiares () Outro _____
2. Por que se cadastrou no PAI?
3. Porque não frequenta as atividades do PAI?
4. Você conhece as atividades que são promovidas atualmente pelo PAI?
5. O que você faz no dia a dia?
6. Que atividades você gostaria que o PAI promovesse?
7. O que mais importa para você nesse período de vida?
8. Você tem planos para seu futuro? Descreva.
9. Você necessita de ajuda para realizar atividades em sua vida diária? Se sim, em que atividade e que tipo de ajuda necessita?
10. Gostaria de acrescentar mais algum comentário?

ANEXO – Aprovação do Comitê de Ética

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA CENTRO DE REFERÊNCIA NACIONAL EM DERMATOLOGIA SANITÁRIA DONA LIBÂNIA - CDERM
--

<u>ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA</u>
Registro do Projeto CEP/CDERM – 015/09 Título: Avaliação do programa de Ação - PAI Pesquisador responsável: Maria Nazaré de Oliveira Fraga Proposição do (a) relator (a): <input checked="" type="checkbox"/> aprovação <input type="checkbox"/> não aprovação Data da primeira análise pelo CEP/CDERM – 12/08/2009 Data do parecer final do projeto pelo CEP/CDERM: 12/08/09

<u>PARECER</u>
<p>Com base na Resolução CNS/MS nº 196/96, que regulamenta a matéria, o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Referência Nacional em Dermatologia Sanitária Dona Libânia CDERM, em sua reunião realizada em 12/08/2009, decidiu APROVAR, de acordo com o parecer do (a) Relator (a), o projeto de pesquisa acima especificado, quanto aos seus aspectos éticos.</p>
Observações: 1. O(s) pesquisador (es) deve(m) apresentar relatório final da pesquisa ao CEP/CDERM.
Fortaleza, 13 de agosto de 2009.
 <small>CENTRO DE DERMATOLOGIA DONA LIBÂNIA</small> Dra. Maria Irismar da Silva Silveira Coordenadora do CEP/CDERM <small>COORDENADORA</small>